



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício de 2025

Demonstrações Contábeis

Declaração Anual do Contador

Notas Explicativas

REITORA UFPEL

Ursula Rosa da Silva- Gestão 2025/2028

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Mariana Schardosim Tavares – Gestão 2025/2028

COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC

Fernanda e Silva Rodrigues

CONTADOR GERAL DA UFPEL

Leonardo Pinto Ortiz
CRC RS 089096

CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL – SCONT

Giovani Luiz Garcia Costantini
CRC RS 082667

CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC

Alexandre Doro Bittencourt
CRC RS 082170

CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD

Renato Brasil Kourrowski

CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS – SPAG

Gabriel Monteblanco Leal

CHEFE SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS – SDP

Anderson Chollet

CONTATO CFC

cfc@ufpel.edu.br

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO	4
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	5
2.1 Balanço Patrimonial	5
2.2 Balanço Orçamentário	8
2.3 Balanço Financeiro	11
2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	13
2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	17
3.1 Contexto Operacional	17
3.2 Estrutura Organizacional da UFPEL.....	17
3.3 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	18
3.4 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	19
4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	22
4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial	22
4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário	31
4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro.....	42
4.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	47
4.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC.....	52

1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2025 e suas notas explicativas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª edição) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos aspectos mencionados a seguir.

- a) Falta de avaliação dos bens móveis: no que tange a avaliação/reavaliação do ativo imobilizado do órgão, apenas os bens imóveis estão com saldo atualizado devido a reavaliação efetuada em junho de 2025. Quanto aos bens móveis, não houve reavaliação em 2025, estando assim, em desconformidade com a Portaria nº 548 da STN de setembro de 2015;
- b) Saldo contábil dos bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens (RMB): Tal divergência é devido a falhas no sistema de controle patrimonial utilizado pela instituição, o qual registra as informações dos bens móveis. A diferença líquida é de aproximadamente R\$104 mil a menor em relação ao saldo contábil. O registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, a depreciação foi calculada somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010.
- c) Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) realizada parcialmente até a data de 31/12/2025, data posterior à prevista pela Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia: o uso efetivo do SIADS pela UFPEL ocorreu em abril de 2023 limitada ao gerenciamento das informações de Almoxarifado. Sobre os itens dos bens móveis, a Coordenação de Material e Patrimônio realizou inventário dos bens nas unidades do órgão e está analisando os resultados. Devido a alteração da Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020 pela Portaria ME nº 3.478, que estendeu o prazo máximo de implantação do SIADS para 1º de julho de 2023. A UFPEL optou por promover melhorias na organização dos itens que compõem os bens móveis para finalizar a implantação do SIADS com o mínimo de pendências possíveis.
- d) Falta de registro depreciação do Ativo Imobilizado relativo aos bens móveis desde junho de 2015: Devido a inconsistências nos cálculos da depreciação efetuados pelo sistema de controle patrimonial utilizado pela UFPEL, o registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, o cálculo ocorreu somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010 já mencionado anteriormente.
- e) Saldo de convênios registram valores a comprovar de instrumentos com data expirada na unidade gestora UFPEL pelo montante aproximado de R\$ 79 milhões. Isso corresponde a 26 convênios que estão aguardando registro de comprovação de valores.
- f) Valores de Temo de Execução Descentralizada (TED) a comprovar: registro de comprovação de valores com data expirada no montante aproximado de R\$ 106 mil. Esse montante corresponde a 23 TED's, cujo prazo de prestação de contas encontram-se vencidos a mais de 180 dias;
- g) Falta de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados: não contabilizado o saldo da provisão de encargos sobre férias conforme

previsto na Macrofunção 021142 Folha de Pagamento devido à falta de informação tempestiva da área de processamento de folha de pagamento.

Cabe salientar que a presente declaração foi elaborada com base na análise dos demonstrativos e dos auditores contábeis mediante monitoramento e acompanhamento permanente por esta Contadoria Geral (CONTGER), bem como pela valiosa contribuição da Seção Contábil (SCONT).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Pelotas, RS 31 de janeiro de 2025.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das Notas Explicativas (NE) foi realizada com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal (AH) e análise vertical (AV) e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros – análise cruzada).

2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		109.481.384,75	94.977.964,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	78.172.060,56	72.235.957,43
Créditos a Curto Prazo		14.091.494,18	8.776.772,93
Créditos de Transferências a Receber		-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	-
Demais Créditos e Valores	02	14.091.494,18	8.776.772,93
Demais Créditos e Valores		14.091.494,18	8.776.772,93
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques a Curto Prazo		440.466,27	436.678,39
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	03	16.777.363,74	13.528.555,68
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.112.173.031,47	1.012.896.526,12
Ativo Realizável a Longo Prazo		97.346,71	97.346,71
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		97.346,71	97.346,71
Estoques a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-
Participações Permanentes		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
Propriedades para Investimento		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-



Imobilizado	04	1.111.318.047,92	1.012.283.819,11
Bens Móveis		188.048.103,43	175.953.027,82
Bens Móveis		202.178.220,40	190.083.186,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.130.116,97	-14.130.158,56
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		923.269.944,49	836.330.791,29
Bens Imóveis		923.309.139,79	836.971.604,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-39.195,30	-640.813,49
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
Intangível	05	757.636,84	515.360,30
Softwares		757.636,84	515.360,30
Softwares		757.636,84	515.360,30
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural		-	-
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		1.221.654.416,22	1.107.874.490,55

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		217.668.438,80	196.108.693,77
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		73.361.495,31	56.874.727,73
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	5.571.824,05	873.741,12
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		583.602,23	501.200,12
Transferências Fiscais a Curto Prazo		1.201.749,56	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		136.949.767,65	137.859.024,80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.905.444,80	3.389.685,60
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		2.905.444,80	3.389.685,60
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		220.573.883,60	199.498.379,37



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		445.081.883,43	355.599.992,82
Resultados Acumulados		555.998.649,19	552.776.118,36
Resultado do Exercício		6.271.490,50	14.074.244,25
Resultados de Exercícios Anteriores		552.776.118,36	558.162.514,73
Ajustes de Exercícios Anteriores	07	-3.048.959,67	-19.460.640,62
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.001.080.532,62	908.376.111,18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.221.654.416,22	1.107.874.490,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	78.172.060,56	72.235.957,43	PASSIVO FINANCEIRO	144.773.788,21	118.164.819,25
ATIVO PERMANENTE	1.143.482.355,66	1.035.638.533,12	PASSIVO PERMANENTE	90.663.666,32	102.716.658,14
			SALDO PATRIMONIAL	986.216.961,69	886.993.013,16

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	65.295.369,48	72.445.848,28	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		223.714.682,80	156.704.266,35
Atos Potenciais Ativos	65.295.369,48	72.445.848,28	Atos Potenciais Passivos		223.714.682,80	156.704.266,35
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.743.235,79	4.064.419,48	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	60.638.019,58	67.544.095,38	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		10.127.449,26	1.950.715,71
Direitos Contratuais	914.114,11	837.333,42	Obrigações Contratuais	08	213.587.233,54	154.753.550,64
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	65.295.369,48	72.445.848,28	TOTAL		223.714.682,80	156.704.266,35



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-51.516.753,04
Recursos Vinculados	-15.084.974,61
Educação	-773.940,55
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-4.707.563,06
Previdência Social (RPPS)	-8.636.988,83
Dívida Pública	-161.373,81
Fundos, Órgãos e Programas	-805.108,36
TOTAL	-66.601.727,65

2.2 Balanço Orçamentário

Período: Dezembro 2025

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	09	2.304.557,00	2.304.557,00	1.989.195,43	-315.361,57
Receita Tributária		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receita de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		287.564,00	287.564,00	204.301,40	-83.262,60
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		284.492,00	284.492,00	201.618,30	-82.873,70
Valores Mobiliários		3.072,00	3.072,00	2.683,10	-388,90
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		2.451,00	2.451,00	-	-2.451,00
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		1.732.024,00	1.732.024,00	1.271.329,69	-460.694,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		1.732.024,00	1.732.024,00	1.271.329,69	-460.694,31
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		134.319,00	134.319,00	71.207,16	-63.111,84
Outras Receitas Correntes		148.199,00	148.199,00	442.357,18	294.158,18
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		148.199,00	148.199,00	63.240,87	-84.958,13
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	379.116,31	379.116,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-



Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	229.600,00	229.600,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	229.600,00	229.600,00
Alienação de Bens Móveis		-	-	229.600,00	229.600,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS		2.304.557,00	2.304.557,00	2.218.795,43	-85.761,57
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		2.304.557,00	2.304.557,00	2.218.795,43	-85.761,57
DÉFICIT	10			1.158.780.621,74	1.158.780.621,74
TOTAL		2.304.557,00	2.304.557,00	1.160.999.417,17	1.158.694.860,17
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	11				
Superávit Financeiro		-	129.205.765,00	-	-129.205.765,00
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	129.205.765,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12	1.002.049.833,00	1.132.819.088,00	1.155.664.264,15	1.150.589.962,16	1.026.412.047,96	-22.845.176,15
Pessoal e Encargos Sociais		868.792.051,00	989.851.502,00	984.970.451,28	984.970.451,28	873.411.093,66	4.881.050,72
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		133.257.782,00	142.967.586,00	170.693.812,87	165.619.510,88	153.000.954,30	-27.726.226,87
DESPESAS DE CAPITAL		4.818.068,00	3.254.578,00	5.335.153,02	3.425.874,31	2.231.700,95	-2.080.575,02
Investimentos		4.818.068,00	3.254.578,00	5.335.153,02	3.425.874,31	2.231.700,95	-2.080.575,02
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.006.867.901,00	1.136.073.666,00	1.160.999.417,17	1.154.015.836,47	1.028.643.748,91	-24.925.751,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-



Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.006.867.901,00	1.136.073.666,00	1.160.999.417,17	1.154.015.836,47	1.028.643.748,91	-24.925.751,17
TOTAL	1.006.867.901,00	1.136.073.666,00	1.160.999.417,17	1.154.015.836,47	1.028.643.748,91	-24.925.751,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	416.629,93	8.033.145,76	7.590.799,65	7.312.166,19	336.976,81	800.632,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	416.629,93	8.033.145,76	7.590.799,65	7.312.166,19	336.976,81	800.632,69
DESPESAS DE CAPITAL	8.440.275,99	4.495.542,94	5.389.080,63	5.377.659,81	188.747,30	7.369.411,82
Investimentos	8.440.275,99	4.495.542,94	5.389.080,63	5.377.659,81	188.747,30	7.369.411,82
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.856.905,92	12.528.688,70	12.979.880,28	12.689.826,00	525.724,11	8.170.044,51

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS – NE 13

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.929,80	91.873.709,46	91.622.941,69	250.767,77	1.929,80
Pessoal e Encargos Sociais	-	84.039.765,97	83.788.998,20	250.767,77	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.929,80	7.833.943,49	7.833.943,49	-	1.929,80
DESPESAS DE CAPITAL	-	39.560,83	39.560,83	-	-
Investimentos	-	39.560,83	39.560,83	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.929,80	91.913.270,29	91.662.502,52	250.767,77	1.929,80



2.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Receitas Orçamentárias		2.218.795,43	1.895.891,29
Recursos Não Vinculados		-	-
Recursos Vinculados		2.736.792,95	1.929.676,96
Educação		86.230,60	8.283,35
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.218,67	
Previdência Social (RPPS)		17.323,98	-
Fundos, Órgãos e Programas		2.626.171,78	1.921.393,61
Recursos Não Classificados		4.847,92	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-517.997,52	-33.785,67
Transferências Financeiras Recebidas		1.165.864.881,91	1.062.351.964,67
Resultantes da Execução Orçamentária		1.124.928.769,99	1.006.466.136,87
Repassé Recebido		1.100.322.648,74	976.202.371,81
Sub-repassé Recebido		24.606.121,25	30.263.765,06
Independentes da Execução Orçamentária		40.936.111,92	55.885.827,80
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		10.556.919,32	29.040.986,85
Demais Transferências Recebidas		2.228.048,55	2.088.290,35
Movimentação de Saldos Patrimoniais		28.151.144,05	24.756.550,60
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		141.558.863,11	112.405.123,45
Inscrição de Restos a Pagar Processados		125.372.087,56	91.885.034,26
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		6.983.580,70	12.528.688,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.415.123,48	7.418.549,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.788.071,37	572.850,56
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3,50	
Arrecadação de Outra Unidade		2.788.067,87	572.850,56
Saldo do Exercício Anterior		72.235.957,43	64.748.832,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		72.235.957,43	64.748.832,69
TOTAL	14	1.381.878.497,88	1.241.401.812,10



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
Despesas Orçamentárias		1.160.999.417,17	1.016.994.138,23
Recursos Não Vinculados		857.551.308,99	761.695.930,49
Recursos Vinculados		303.448.108,18	255.298.207,74
Educação		1.711.780,00	4.974.566,68
Seguridade Social (Exceto Previdência)		50.474.824,96	4.077.934,72
Previdência Social (RPPS)		246.822.440,46	242.850.266,89
Fundos, Órgãos e Programas		4.439.062,76	3.395.439,45
Transferências Financeiras Concedidas		31.321.685,75	33.605.619,61
Resultantes da Execução Orçamentária		24.704.142,21	30.407.444,34
Repassé Concedido		98.020,96	121.217,31
Sub-repassé Concedido		24.606.121,25	30.263.765,06
Repassé Devolvido			22.461,97
Independentes da Execução Orçamentária		6.617.543,54	3.198.175,27
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.310.641,28	24.808,03
Demais Transferências Concedidas		2.228.090,66	2.591.483,33
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.078.811,60	581.883,91
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		111.385.334,40	118.566.096,83
Pagamento de Restos a Pagar Processados		91.662.502,52	94.876.022,47
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		12.689.826,00	21.069.246,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.033.005,88	2.620.613,46
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	214,70
Demais Pagamentos			214,70
Saldo para o Exercício Seguinte		78.172.060,56	72.235.957,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		78.172.060,56	72.235.957,43
TOTAL	15	1.381.878.497,88	1.241.401.812,10



2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16	1.242.058.042,35	1.106.053.443,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.556.210,71	1.176.549,70
Venda de Mercadorias		1.770,00	2.120,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.554.440,71	1.174.429,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.311,11	99.432,60
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		605,55	3.566,26
Variações Monetárias e Cambiais		-	91.307,71
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.705,56	4.558,63
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		1.175.314.816,20	1.065.251.602,75
Transferências Intragovernamentais		1.165.864.881,91	1.062.351.964,67
Transferências Intergovernamentais		71.207,16	94.718,88
Transferências das Instituições Privadas		-	8.823,69
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	1.676,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas		9.378.727,13	2.794.419,19
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		62.094.182,72	38.727.717,23
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	7.792,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		62.094.182,72	38.719.924,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.089.521,61	798.141,51
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.089.521,61	798.141,51
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17	1.235.786.551,85	1.091.979.199,54
Pessoal e Encargos		706.410.526,02	610.052.085,02
Remuneração a Pessoal		547.972.854,51	472.218.232,61
Encargos Patronais		122.373.071,36	105.703.973,44
Benefícios a Pessoal		36.064.600,15	32.119.729,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	10.149,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		326.170.627,53	294.306.390,39
Aposentadorias e Reformas		269.904.258,79	242.100.872,09



Pensões	45.025.260,98	41.872.199,41
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.241.107,76	10.333.318,89
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	82.177.113,16	74.368.674,34
Uso de Material de Consumo	4.574.132,54	4.630.003,92
Serviços	77.293.845,70	69.298.131,93
Depreciação, Amortização e Exaustão	309.134,92	440.538,49
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.042.965,68	2.729.483,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.120.090,56	1.887.944,99
Variações Monetárias e Cambiais	908.812,00	817.255,44
Descontos Financeiros Concedidos	14.063,12	24.283,11
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	35.565.684,92	36.571.999,98
Transferências Intragovernamentais	31.321.685,75	33.605.834,31
Transferências Intergovernamentais	4.101.000,49	576.007,89
Transferências a Instituições Privadas	96.411,68	100.729,71
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	45.543,00	49.385,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.044,00	2.240.043,07
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	56.324.337,05	47.702.205,18
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	237.705,07	407.971,81
Perdas Involuntárias	268.578,47	833.425,16
Incorporação de Passivos	50.317.666,74	45.927.143,48
Desincorporação de Ativos	5.500.386,77	533.664,73
Tributárias	1.520.565,49	1.518.596,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.913,23	60.680,35
Contribuições	1.500.652,26	1.457.915,93
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.574.732,00	24.729.764,81
Premiações	-	129.230,77
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	24.473.151,42	24.535.722,92
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	101.580,58	64.811,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	18	6.271.490,50
		14.074.244,25



2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.467.579,08	14.283.414,54
INGRESSOS OPERACIONAIS	19	1.177.057.268,69	1.071.774.419,76
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		204.301,40	234.319,30
Receita Agropecuária		-	210,00
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		1.271.329,69	917.731,84
Remuneração das Disponibilidades		-	4.836,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias		442.357,18	168.737,84
Transferências Recebidas		71.207,16	105.218,89
Intergovernamentais Recebidas		71.207,16	94.718,88
Dos Estados e/ou Distrito Federal		168,00	-
Dos Municípios		71.039,16	94.718,88
Intragovernamentais Recebidas		-	-
Outras Transferências Recebidas		-	10.500,01
Outros Ingressos Operacionais		1.175.068.073,26	1.070.343.365,16
Ingressos Extraorçamentários		6.415.123,48	7.418.549,93
Transferências Financeiras Recebidas		1.165.864.881,91	1.062.351.964,67
Arrecadação de Outra Unidade		2.788.067,87	572.850,56
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	20	-1.164.589.689,61	-1.057.491.005,22
Pessoal e Demais Despesas		-1.012.766.859,22	-916.411.322,24
Legislativo		-	-
Judiciário		-2.165.609,15	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-10.000,00	-11.651,80
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-310.016.852,10	-282.715.809,89
Saúde		-3.045.454,19	-9.076.510,52
Trabalho		-370,64	-
Educação		-690.334.594,53	-612.054.004,07
Cultura		-1.781.934,50	-550.000,00
Direitos da Cidadania		-220.000,00	-380.764,73
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-550,74	-297.565,94
Agricultura		-55.650,00	-9.778.006,83



Organização Agrária	-1.818.310,85	-572.193,38
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-2.141.668,00	-
Desporto e Lazer	-754.000,00	-600.000,00
Encargos Especiais	-421.868,02	-374.815,08
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3,50	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-113.468.138,76	-104.853.235,21
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-112.435.542,42	-104.661.120,50
Outras Transferências Concedidas	-1.032.596,34	-192.114,71
Outros Desembolsos Operacionais	-38.354.691,63	-36.226.447,77
Dispêndios Extraorçamentários	-7.033.005,88	-2.620.613,46
Transferências Financeiras Concedidas	-31.321.685,75	-33.605.619,61
Demais Pagamentos	-	-214,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.531.475,95	-6.796.289,80
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	229.600,00	464.836,69
Alienação de Bens	229.600,00	464.836,69
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-6.761.075,95	-7.261.126,49
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.542.780,11	-7.256.388,49
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-218.295,84	-4.738,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.936.103,13	7.487.124,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	72.235.957,43	64.748.832,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	78.172.060,56	72.235.957,43

[21](#)

3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

3.1 Contexto Operacional

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criada pelo Decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969, é uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da administração federal indireta, com autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal de Pelotas tem, como objetivo fundamental, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada em nível universitário, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária:

- a) como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos;
- b) como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas;
- c) como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos.

Tem como missão, proporcionar formação pessoal e profissional, sócio-referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cultura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental. Ressalta-se que como universidade pública, autônoma e gratuita, busca ser reconhecida pela qualidade da formação acadêmica e da produção do conhecimento, comprometida com a diversidade, a inclusão, a justiça social, a inovação e a responsabilidade ambiental, sendo relevante regional, nacional e internacionalmente.

Oferece atualmente mais de 113 cursos de graduação, 32 cursos de especialização, 48 cursos de mestrado e 39 de doutorado distribuídos em 22 unidades acadêmicas (7 Centros Acadêmicos, 4 Institutos Básicos, 11 Faculdades, 1 Escola Superior de Educação Física e 1 Divisão de Esporte). Nesse contexto, possui cursos de mestrado e/ou doutorado em todas as áreas do conhecimento: ciências exatas e ciências da terra, ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias, ciências da saúde, ciências sociais, ciências humanas, direito, letras e artes, contando também com cursos com atuação multidisciplinar.

3.2 Estrutura Organizacional da UFPEL

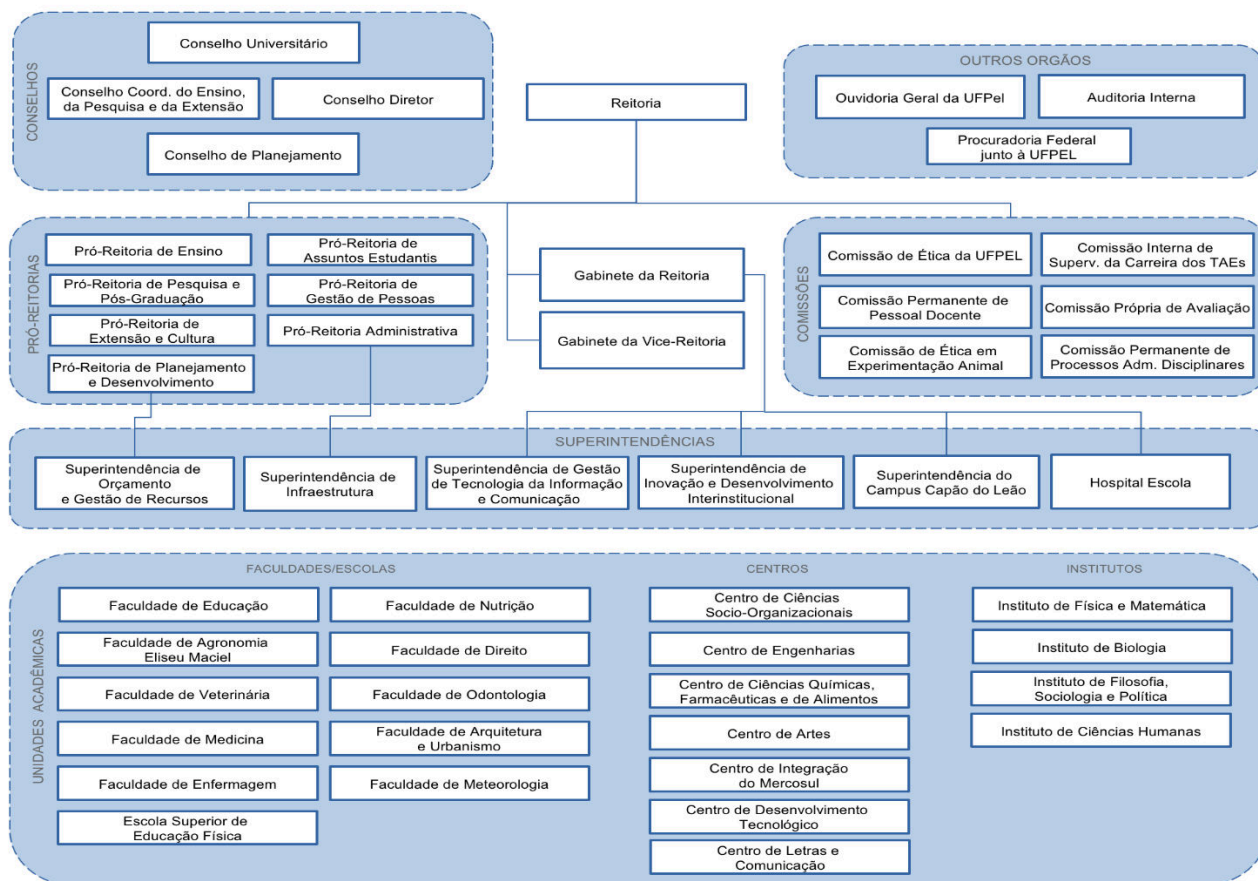
A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), Conselho de Planejamento da UFPEL (COPLAN-UFPEL) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor (a), é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPEL criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPEL (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamento e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados onde as

atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional da instituição.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <https://institucional.ufpel.edu.br/unidades/#organograma>

3.3 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

3.4 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(3) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa,

gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é “Caixa e Equivalente de Caixa”. Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2025	2024	AH%
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	35.335,03	32.651,93	8,22
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL		1.530,00	(100,00)
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18.508,85	13.507,35	37,03
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.788.251,61	3.895.065,42	(54,09)
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	72.102.331,78	63.444.215,54	13,65
GARANTIAS	4.227.633,29	4.848.987,19	(12,81)
Total	78.172.060,56	72.235.957,43	8,22

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Ao final de 2025, o saldo do grupo de contas "Caixa e Equivalente de Caixa" apresenta expansão de 8,22% em relação ao exercício de 2024, influenciada pelo crescimento de R\$ 8,6 milhões do limite de saque - ordem de pagamento.

Representando 92,24% dos recursos financeiros que compõem o grupo "Caixa e Equivalente de Caixa a conta contábil "Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pgt. OFSS" apresenta volume significativo de movimentações. Aproximadamente R\$ 65 milhões dos recursos financeiros estão vinculados, ao pagamento de pessoal referente à competência de dezembro de 2025, como pode ser observado no saldo do passivo com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, que totalizam cerca de R\$ 73 milhões.

Embora o pagamento da folha de pessoal ocorra em dezembro de 2025, a sistemática de emissão de Ordens de Pagamento (OP) implementada em 2018 pela STN, realiza a contabilização do pagamento (emissão de ordem bancária - OB) somente no dia seguinte ao da ordem de pagamento (OP) da folha de pessoal. Logo, a baixa do saldo do passivo com obrigações trabalhistas, bem como da conta de limite de saque, é registrada somente no mês subsequente à geração da OP.

Devido a essa sistemática de emissão de ordens bancárias, tanto o passivo circulante - especialmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar de curto prazo - quanto o ativo circulante na conta de caixa e equivalente de caixa ficam com seus saldos superavaliados no término de cada mês.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, compreende o conjunto de contas de diretos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos e adiantamentos a terceiros, incluindo adiantamento a fornecedores. Também são registrados nesse grupo de contas os valores a receber decorrentes de infrações e penalidade contratual devida pelos fornecedores.

No encerramento de 2025 observa-se evolução de 60,55% no saldo do grupo de Demais Créditos e Valores, movimento que está associado, principalmente, a rubricas relativas ao gasto com pessoal. A seguir é apresentada tabela com a composição do respectivo grupo.

Tabela 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH%
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	5.959.449,06	5.178.852,42	15,07
ADIANTAMENTO DE FERIAS	6.588.545,66	2.573.539,69	156,01
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	794.719,05	583.723,32	36,15
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	86.648,57	86.648,57	-
CRED A REC DE RESPONSAVEIS POR DANO/PERDA	123.046,97	123.046,97	-
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	124.371,69	124.371,69	-
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	106.541,23	106.541,23	-
REMUNERACAO RECURSOS APLIC NA CTU A RECEBER	71,50	49,04	45,80
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	74.295,20	-	-
CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	233.805,25	-	-
Total	14.091.494,18	8.776.772,93	60,55

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

A tabela 02 indica crescimento líquido de 5,3 milhões no saldo do grupo de Créditos e Valores a Curto Prazo ao término de 2025, o que é atribuído especialmente, ao aumento de 156,01% no saldo de “Adiantamento de Férias”, tendo em vista o volume de servidores em gozo de férias ao final do exercício de 2025.

Cabe destacar que o pagamento do adiantamento de férias dos servidores federais estatutários, com exceção do período aquisitivo dos 12 meses do primeiro ano de exercício funcional, o servidor pode gozar férias a partir de janeiro de cada exercício. Assim, a administração Pública pode conceder ao servidor adiantamento de férias, que corresponde a 1/3 constitucional e o adiantamento da remuneração em período de férias.

Nota 03 – VPD's Pagas Antecipadamente

A conta contábil “VPD's Pagas Antecipadamente” representa 15,32% do saldo do Ativo Circulante. A tabela a seguir discrimina a composição desse grupo de ativos.

Tabela 03 – VPD's Pagas Antecipadamente – Composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2025	2024	AH%
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOL	15.762,74	-	-
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR - CONSOLIDACAO	-	8.716,95	(100,00)
VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	16.761.601,00	13.519.838,73	23,98
Total	16.777.363,74	13.528.555,68	24,01

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

Os dados da tabela 03 aponta acréscimo de 24,01% no saldo do grupo de VPD's Pagas Antecipadamente ao final do exercício de 2025 em relação ao final do exercício anterior. O aumento no saldo é atribuído a VPD de serviços pagos antecipadamente, devido ao volume de antecipações de repasses financeiros no período ser superior ao de apropriações de despesas por competência conforme as vigências contratuais.

O saldo de R\$ 16 milhões é majoritariamente associado a contratos firmados com a Fundação Delfim Mendes Silveira para apoio na gestão financeira e administrativa de projetos de pesquisa. No ano de 2025 foram executados 30 contratos que totalizaram repasse de aproximadamente R\$ 20 milhões, parte desse saldo em conjunto com contratos de anos anteriores, já estão apropriados na Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) restando cerca de R\$ 16 milhões a serem apropriados ao longo da vigência dos contratos.

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Nesse sentido, no ano de 2025 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 1,1 bilhão relacionados a ativo imobilizado, desse total, 83,08% estão alocados em bens imóveis e 16,92% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	2025	2024	AH%
Bens Móveis	188.048.103,43	175.953.027,82	6,87
(+) Valor Bruto Contábil	202.178.220,40	190.083.186,38	6,36
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.130.116,97	-14.130.158,56	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	923.269.944,49	836.330.791,29	10,40
(+) Valor Bruto Contábil	923.309.139,79	836.971.604,78	10,32
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-39.195,30	-640.813,49	-93,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	1.111.318.047,92	1.012.283.819,11	9,78

Fonte: SIAFI 2025.

Os dados da tabela 4 indica aumento no saldo líquido do imobilizado da ordem de 9,78% em 2025 em relação ao ano de 2024. O aumento de R\$ 86 milhões com a reavaliação de bens imóveis é o principal fator contribuiu para o aumento do grupo de imobilizado. Os bens móveis também apresentam crescimento, com variação positiva de 6,36%, colaborando para a expansão patrimonial no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

Bens Móveis

Os bens móveis contabilizados na UFPEL em 31/12/2025 perfazem um valor bruto contábil de aproximadamente R\$ 202 milhões, acréscimo da ordem de R\$ 12 milhões em relação ao exercício anterior. A composição do grupo de Bens Móveis está detalhada nas contas contábeis a seguir.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

BENS MÓVEIS	2025	2024	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	108.692.467,57	101.942.867,32	6,62
Bens de Informática	40.726.332,76	38.013.378,16	7,14
Móveis e Utensílios	23.728.607,29	22.183.338,34	6,97
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	15.470.377,05	14.857.551,67	4,12
Veículos	10.633.116,48	10.158.331,64	4,67
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	-
Bens Móveis em Andamento	2.613.331,84	2.613.331,84	-
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Armamentos	3.670,01	3.670,01	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	156.882,65	157.282,65	(0,25)
Demais Bens Móveis	151.584,75	151.584,75	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.130.116,97)	(14.130.158,56)	-
Total	188.048.103,43	175.953.027,82	6,87

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 5 indica que a variação líquida positiva de R\$ 12 milhões no saldo líquido dos bens móveis ao final de 2025 é influenciada, em especial, pelas aquisições com “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, visto que apresenta uma variação patrimonial positiva de aproximadamente R\$ 6,7 milhão no ano de 2025 em comparação ao ano anterior. Destaca-se a aquisição com equipamentos e utensílios médicos, oncológicos, laboratoriais e hospitalares, que alcançou R\$ 3,5 milhões no período.

O segundo grupo que influenciou o aumento patrimonial é “Bens de Informática”, o aumento de 7,14% no período representa aquisição da ordem de R\$ 2,7 milhões em equipamento de tecnologia da informação. Desse montante, cerca de R\$ 1,5 milhão advém de doações e comodatos com instituições de apoio, como Fundação Delfim Mendes Silveira (responde por R\$ 789 mil), bem como de instituições de pesquisas como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS (responde R\$ 789 mil), dentre outras doações recebidas de órgão federais.

Em relação ao saldo de depreciação dos bens móveis, observa-se ausência de evolução no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pela instituição para registro dos bens móveis, não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação, devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas tiveram o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso foi reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determinou a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes.

Em 11 de maio de 2022, o Ministério da Economia por meio da Portaria ME nº 4.378 definiu o prazo máximo de 1º de julho de 2023 para que os órgãos e as entidades que ainda não tivesse implementado o SIADS, que adotassem as providências necessárias à sua implantação.

A UFPEL implantou parcialmente o SIADS para gerenciamento de informações de estoque em abril de 2023. Já os itens dos bens móveis, a Coordenação de Material e Patrimônio realizou inventário dos bens nas unidades do órgão e está analisando os resultados. Desse modo, a UFPEL optou por promover melhorias na organização dos itens que compõem os bens móveis para finalizar a implantação do SIADS com o mínimo de pendências possíveis.

Bens Imóveis

O saldo líquido dos Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 31/12/2025 totaliza aproximadamente R\$ 923 milhões e estão elencados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição R\$ 1,00

BENS IMÓVEIS	2025	2024	AH%
Bens de Uso Especial	906.914.574,26	818.323.062,25	10,83
Bens Imóveis em Andamento	14.741.864,31	17.347.149,15	(15,02)
Instalações	1.652.701,22	1.301.393,38	26,99
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(39.195,30)	(640.813,49)	(93,88)
TOTAL	923.269.944,49	836.330.791,29	10,40

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os dados apresentados na tabela 6, apontam aumento de 10,40% no saldo dos bens imóveis no exercício de 2025 em relação ao ano de 2024, evolução de aproximadamente R\$ 86 milhões. Entre as contas mais relevantes deste grupo, destaca-se a categoria "Bens de Uso Especial", que reflete um montante de R\$ 906 milhões, representando 98,23% do valor total dos bens imóveis registrados. Esse montante é composto por 46 propriedades, incluindo terrenos, prédios, museus, fazendas e outros bens imóveis utilizados para atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPEL.

O grupo de contas “Bens de Uso Especial” apresenta crescimento de 10,83% (cerca de R\$ 88 milhões) em comparação ao ano de 2024. Essa significativa variação positiva ocorreu pelo ganho com a valorização de imóveis reavaliados, que teve como contrapartida o aumento na Reserva de Reavaliação, pertencente ao grupo das Demais Reservas no Patrimônio Líquido. Tal reavaliação nos imóveis reflete no saldo da depreciação acumulada, o que justifica redução de 93,88% no saldo, que dever ser eliminado na data da

reavaliação conforme prevê a macrofunção SIAFI 020334 e a Portaria Conjunta STN/SPU nº10 de 4 de julho de 2023.

Em relação a categoria "Bens Imóveis em Andamento", a qual evidencia as obras em andamento, projetos e instalações, registra-se diminuição de 15,02% no saldo ao final de 2025 em relação ao exercício de 2024. Isso é associado, principalmente, pela conclusão e baixa contábil da obra de reforma do curso de teatro e dança, realizada mediante o Contrato nº 19/2021, com investimento total de R\$ 5.067.909,82.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a da base de 31/12/2025.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de arquivo encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Nesse contexto, a UFPEL em 31/12/2025 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 757 mil relacionados à bens intangíveis, composto integralmente por *softwares*.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 7 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Software com Vida Útil Indefinida	757.636,84	515.360,30	47,01

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

No intangível encontra-se contabilizado o item *Software com Vida Útil Indefinida*, que representa 100% do grupo, totalizando 59 *softwares* utilizados para diversas atividades da instituição. Dentre os *softwares* registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 218 mil,

representando 28,88% do total do grupo e tem como função a análise de dados hidrográficos desenvolvido para atender às demandas de levantamentos batimétricos em ambientes fluviais e marítimos.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

As instituições devem avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Na UFPEL não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do exercício de 2025.

Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final de 2025, a Universidade Federal de Pelotas apresentou saldo de R\$ 8,4 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 34,27% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 65,73% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela segregando-se as obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00

	2025	2024	AH (%)
Circulante	5.571.824,05	873.741,12	537,70
Nacionais	5.571.824,05	873.741,12	537,70
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante	2.905.444,80	3.389.685,60	-14,29
Nacionais	2.905.444,80	3.389.685,60	-14,29
Estrangeiros	-	-	-
Total	8.477.268,85	4.263.426,72	98,84

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 8 indica que o saldo geral dos fornecedores e contas a pagar apresenta evolução de 98,84% no exercício de 2025. O principal fator para essa diminuição são os fornecedores e contas a pagar de curto prazo, dado o aumento de R\$ 4,6 milhões no saldo de fornecedores e contas a pagar no período.

O aumento significativo no saldo de fornecedores a pagar pode ser atribuído, em especial, ao volume de passivos contratuais com a Fundação Delfin Mendes Silveira, que ao término de 2025 perfazem R\$ 4,8 milhões de saldo a pagar enquanto que no ano de 2024 não constavam valores pendentes de pagamento para fundação de apoio.

Em relação aos fornecedores de longo prazo (Não Circulante) houve redução de 14,29% no período devido a transferências de parcelas do passivo de longo prazo para o curto prazo dos valores devidos à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez. A dívida junto a companhia de energia possui saldo aproximado de R\$ 2,9 milhões (sem atualizações monetária e juros).

Sobre a natureza do passivo com fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão concentrados com serviços de apoio ao ensino (53,01%), consumo de energia elétrica (39,99%) e aquisição de livros (1,73%).

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao final do exercício de 2025.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	2025	AV (%)
FUNDACAO DELFIM MENDES SILVEIRA	4.493.978,42	53,01
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	3.389.802,10	39,99
MINHA BIBLIOTECA LTDA.	146.691,00	1,73
ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA	124.833,87	1,47
DEMAIS FORNECEDORES	321.963,46	3,80
Total	8.477.268,85	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os fornecedores elencados na tabela 9 representam 96,20% do total das obrigações com terceiros a pagar, incluindo as obrigações de longo prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) FUNDACAO DELFIM MENDES SILVEIRA : passivo referente a serviços de apoio administrativo, técnico e operacional em projetos de pesquisas através dos contratos, 01/2025, 05/2025 e 18/2025;

(b) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica referente a exercícios anteriores conforme termo de acordo de dívida assinado em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo amortizável de longo prazo e curto prazo;

(c) MINHA BIBLIOTECA LTDA: Serviço de licenças temporárias de bases de dados de bibliotecas virtuais, contrato 17/2022;

(d) ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA: valor devido ao fornecedor referente a locação do prédio localizado na rua Almirante Barroso, 1202, referente ao mês de dezembro de 2025, contrato 44/2016;

Nota 07 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse contexto, podem ocorrer fatos contábeis que não pertençam ao exercício corrente, para estes há um grupo de conta específico denominado “Resultados Acumulados”, que para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade derivados de eventos ocorridos em anos anteriores, utiliza a conta contábil “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Após esse preâmbulo, a tabela a seguir demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida da instituição no ano de 2025.

Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2025	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
(19.460.640,62)	(3.104.138,13)	19.515.819,08	(3.048.959,67)

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

De acordo com a tabela 10, houve ajustes realizados a débito e a crédito até o término do exercício de 2025, resultando em redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 3 milhões. O principal fator para esse decréscimo são o reconhecimento de passivos com locação de mão de obra (serviços terceirizados) ocorridos no exercício de 2024 e que por indisponibilidade orçamentária ou atraso no processamento da despesa em tempo hábil, foram reconhecidos como despesas de exercícios anteriores em 2025.

Nota 08 - Obrigações Contratuais

No ano de 2025 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 213 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos com potencial de provocar alterações no patrimônio do órgão no exercício corrente e nos exercícios subsequentes.

Na tabela a seguir apresenta-se as obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00

Obrigações Contratuais	2025	2024	AH%
Aluguéis	6.322.542,69	721.294,75	776,55
Fornecimento de Bens	12.195.678,35	4.271.253,21	185,53
Seguros	14.025,52	13.241,60	5,92
Serviços	195.054.986,98	149.747.761,08	30,26
Total	213.587.233,54	154.753.550,64	38,02

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 11 indica que o saldo com as obrigações contratuais apresenta elevação de 38,02% no exercício de 2025 em relação ao ano de 2024. Dentre as categorias, destacam-se aquelas associadas com Serviços, que compõe 91,32% do total das obrigações contratuais celebradas pela instituição ao longo de 2025, além de ser a principal responsável pelo crescimento das obrigações contratuais.

O aumento no saldo das obrigações contratuais com serviços é influenciado, em especial, pela contratação e aditamento de serviços de vigia e monitoramento (contratado R\$ 22 milhões), serviço de vigilância armada (contratado R\$ 19 milhões), bem como serviço de manutenção de frota veicular e fornecimento de peças (contratado R\$ 11 milhões).

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os saldos contratuais mais significativos a serem executados com base na data de 31/12/2025.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado – Órgão – Composição R\$ 1,00

CONTRATADOS	2025	AV%
IGUACU DESENVOLVIMENTO LTDA	36.136.168,42	16,92
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	29.298.362,60	13,72
PLANSERVICE SERVICOS LTDA	22.672.804,73	10,62
LINCE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA	19.221.636,92	9,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	106.258.260,87	49,75
TOTAL	154.753.550,64	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os fornecedores contratados elencados na tabela 12, representam 50,25% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 107 milhões com obrigações contratuais que podem ser liquidadas pela instituição no ano corrente e nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) IGUAÇU DESENVOLVIMENTO LTDA. – CNPJ 17.453.147/0001-30: contrato 51/2023 serviços contínuos de manutenção predial e áreas externas em regime de dedicação exclusiva, vigência: 01/03/2024 a 28/02/2029;
- (b) COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 144 parcelas quitadas até a data base 31/12/2024;
- (c) PLANSERVICE SERVICOS LTDA. – CNPJ 49.70.088/0001-25: Contrato 10/2025 referente a serviço contínuo de vigia e monitoramento, vigência 01/02/2025 a 31/01/2030;
- (d) LINCE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA. – CNPJ 10.364.152/0002-08: Contrato 35/2025, referente ao serviço continuado de vigia armada, vigência de 10/08/2025 a 09/08/2030.

4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 09 - Receitas Correntes

A UFPEL no exercício de 2025 arrecadou aproximadamente R\$ 2,2 milhões em receitas próprias, valor 17,03% superior ao montante auferido no mesmo período de 2024. As principais receitas próprias auferidas pela UFPEL até o encerramento de 2025 são de natureza corrente (89,65%), com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante atingiu aproximadamente R\$ 1,2 milhão. A seguir é apresentada a tabela 12 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 13 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	287.564,00	204.301,40	71,05
Aluguéis e Arrendamentos	284.492,00	201.618,30	70,87
Remuneração de Depósitos Bancários	3.072,00	2.683,10	87,34
Receita Agropecuária	2.451,00	-	-
Receita Agropecuária	2.451,00	-	-
Receitas de Serviços	1.732.024,00	1.271.329,69	73,40
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	76.648,00	203.711,65	265,78
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.653.000,00	1.065.716,29	64,47
Demais Receitas de Serviços	2.376,00	1.901,75	80,04
Transferências Correntes	134.319,00	71.207,16	53,01
Outras Receitas Correntes	148.199,00	442.357,18	298,49
Multas e Juros Previstos em Contratos	148.199,00	63.240,87	42,67
Ineniz. Restituições, e Ressarcimentos	-	379.116,31	-
Outras Restituições	-	-	-
Receita de Capital	-	229.600,00	-
Alienação de Bens	-	229.600,00	-
Transferências de Capital	-	-	-
TOTAL	2.304.557,00	2.218.795,43	96,28

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 13 aponta que as receitas correntes relativas a “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos” representam maior participação na arrecadação, com 48,03% do total arrecadado em 2025. Tais receitas estão vinculadas à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, dentre outros processos de seleção realizados pela instituição.

Nesse contexto, no decorrer de 2025 foram registradas 12.780 inscrições nos processos seletivos da UFPEL. Esse número é 85,02% superior ao registrado no exercício anterior, quando foram computadas 6.907 inscrições. Consequentemente, registra-se crescimento no volume financeiro arrecadado, tendo em vista a variação positiva de 39,08% no ano de 2025 em comparação ao exercício anterior, quando registrou-se uma receita com “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos” de aproximadamente R\$ 767 mil.

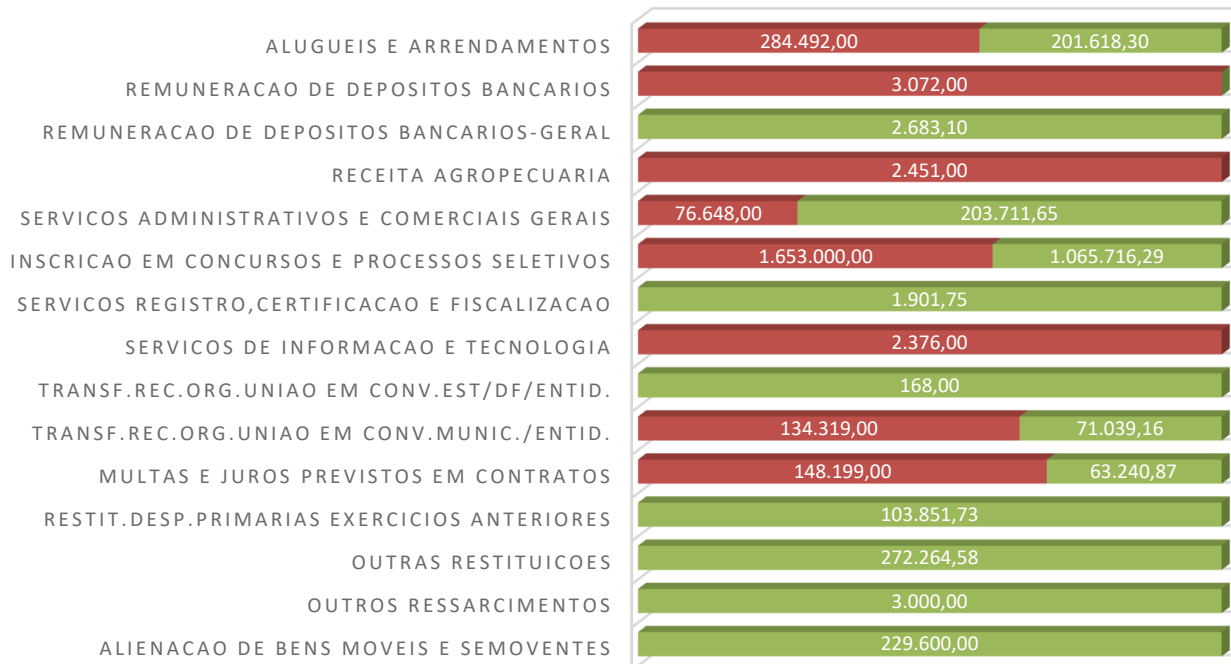
No tocante a Receita de Capital, embora inexista previsão de arrecadar no exercício de 2025, ao longo do exercício, a UFPEL realizou leilão de bens móveis, no qual o maior volume de itens se concentrou na categoria de veículos. Obteve-se uma receita de R\$ 229 mil na alienação desses bens, saldo abaixo do valor patrimonial, o que refletiu em uma perda na alienação de bens de R\$ 237 mil como pode ser observado na Demonstração das Variações Patrimonial - DVP.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza no exercício de 2025:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - 2025

■ Previsão Receita ■ Receita Arrecadada



Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Nota 10 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário acumulado no ano de 2025 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas das receitas arrecadadas. Por considerar receitas somente aquelas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, desconsiderando os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

Nota 11 – Créditos Adicionais Abertos

A UFPEL apresenta saldo de R\$ 39,3 milhões de créditos adicionais abertos ao longo do exercício. Parte desse crédito é classificado como suplementar, destinado ao reforço da dotação orçamentária com base na Portaria GM/MPO nº 96, de 25 de abril de 2025, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Outra parte dessa dotação é originária de crédito extraordinário com base na Portaria GM/MPO nº 148, de 06 de junho de 2025, Portaria GM/MPO nº 354 de 1º de outubro de 2025, Portaria GM/MPO nº 459 de 26 de novembro de 2025 e Portaria GM/MPO nº 522 de 19 de dezembro de 2025. Na tabela a seguir é demonstrado a composição dos créditos adicionais abertos no ano de 2025.

Tabela 14 – Composição dos Créditos Adicionas Abertos Por Grupo de Despesa – Composição R\$ 1,00

GRUPO DESPESA	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	121.059.451,00		121.059.451,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.968.277,00	741.527,00	9.709.804,00
INVESTIMENTOS	202.645,00	(1.766.135,00)	(1.563.490,00)
TOTAL	130.230.373,00	(1.024.608,00)	129.205.765,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os dados da tabela 14 revelam que os créditos adicionais estão concentrados para execução de despesas com pessoal e outras despesas correntes. O grupo de Pessoal e Encargos Sociais concentra a maior carga de crédito adicionais orçamentária com R\$ 121 milhões. Já as Outras Despesas Correntes obtiveram suplementação de R\$ 8,9 milhões, desse montante, cerca de R\$ 5 milhões estão associados as ações de governo voltadas para o funcionamento da instituição e R\$ 2,7 milhões de créditos estão destinados para custear gastos com benefícios obrigatórios de pessoal, como assistência média e odontológica a servidores civis (R\$ 1,2 milhão) e auxílio alimentação pago a servidores ativos civis (R\$ 1,5 milhão).

Nota 12 – Despesas Orçamentárias

O montante de despesas empenhadas no ano de 2025 atingiu R\$ 1,1 bilhão, o que corresponde a execução de 102,02% da dotação orçamentária atualizada consignada no exercício de 2025. Desse montante, 99,54% das despesas empenhadas estão alocados no grupo de despesas correntes, enquanto apenas 0,46% estão empenhados em despesa de capital.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas até o exercício de 2025:

Tabela 15 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupos (R\$)

GRUPO DE DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO%
Pessoal e Encargos Sociais	868.792.051,00	989.851.502,00	984.970.451,28	99,51
Outras Despesas Correntes	133.257.782,00	142.967.586,00	170.693.812,87	119,39
Investimentos	4.818.068,00	3.254.578,00	5.335.153,02	163,93
TOTAL	1.006.867.901,00	1.136.073.666,00	1.160.999.417,17	102,19

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

De acordo com a tabela 15, constata-se que a dotação atualizada para despesas com pessoal e encargos sociais, representa 87,12% do total dos recursos orçamentários previstos para o exercício, 12,58% estão destinados a outras despesas correntes, enquanto que apenas 0,28% estão reservados para investimentos. Dentre os grupos de despesas, destaca-se a dotação com “Pessoal e Encargos Sociais”, cuja dotação atualizada aumentou 13,93% (cerca de R\$ 121 milhões) em relação a dotação inicial consignada para 2025. Tal elevação está atribuída ao orçamento para pagamentos de servidores ativos civis, cuja suplementação é de R\$ 75 milhões, enquanto que para os aposentados a dotação cresceu R\$ 30 milhões em 2025.

Sobre as despesas empenhadas no grupo “Outras Despesas Correntes”, grande parte dos recursos são alocados na manutenção e custeio das atividades da instituição, sendo executada 119,39% da dotação disponibilizada para o exercício de 2025. Cumpre salientar que o saldo empenhado para esse grupo despesas é superior a dotação atualizada devido a execução de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos da administração federal.

Na sequência, a tabela a seguir demonstra as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância em 2025:

Tabela 16 – Desp. Empenhadas na Categ. De Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa – composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2025	2024	AH%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	268.585.784,55	240.856.011,13	11,51
PENSOES	43.848.978,79	41.006.248,36	6,93
CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	15.261.084,00	15.661.257,27	(2,56)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	2.881.899,67	2.012.070,45	43,23
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	528.342.679,29	448.979.520,51	17,68
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	701.042,58	601.134,94	16,62
SENTENÇAS JUDICIAIS	5.802.457,91	5.419.631,45	7,06
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.554.504,16	8.106.593,28	(31,48)
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP.INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	113.674.226,21	98.821.962,84	15,03
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.794,12	121.387,18	161,80
TOTAL	984.970.451,28	861.585.817,41	14,32

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 16 aponta evolução de 14,32% no saldo com despesas empenhadas na categoria de pessoal e encargos sociais no ano de 2025 em relação ao ano anterior. A natureza de despesa "Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil" contribuiu para esse aumento, dado a variação positiva de 53,64% (cerca de R\$ 79 milhões) no período. Na composição dessa natureza de despesas, destacam-se os subelementos "Vencimentos e Salários" e "Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo", cujo saldo empenhado atingiu R\$ 237 milhões e R\$ 203 milhões respectivamente.

O grupo de despesa "Outras Despesas Correntes", observa-se variação positiva de 14,47% no saldo de despesas empenhadas ao longo de 2025 em relação ao período de 2024, influenciada pela elevação de despesas com Outros Serviços de Terceiros PJ, bem como com aumento de benefícios a servidores. Já as despesas empenhadas para atender outros serviços de terceiros pessoa jurídica e obrigações de exercícios anteriores apresentaram redução na comparação entre 2025 e 2024.

A seguir é apresentado à tabela com as naturezas de despesas que compõe o grupo "Outras Despesas Correntes", as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 17 – Outras Despesas Correntes Empenhadas – composição R\$ 1,00

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2025	2024	AH%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.979.747,33	32.665.184,39	43,82
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	31.676.219,43	27.844.273,19	13,76
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	31.240.753,62	29.760.539,94	4,97
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.211.355,49	17.766.924,26	(3,13)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.052.764,30	10.150.981,75	8,88
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	7.138.118,42	6.763.893,85	5,53
OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.041.012,76	6.210.265,74	13,38
MATERIAL DE CONSUMO	4.461.906,70	5.049.793,65	(11,64)
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.611.181,56	2.905.588,06	24,28
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.036.146,28	2.051.140,39	(0,73)
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.603.506,77	1.396.668,08	14,81
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.475.048,88	1.460.100,29	1,02
AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.143.869,38	1.018.024,52	12,36
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	4.022.181,95	4.070.651,06	(1,19)
TOTAL	170.693.812,87	149.114.029,17	14,47

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os dados da tabela 17 indicam que o aumento de R\$ 21 milhões no saldo líquido empenhado com despesas do grupo "Outras Despesas Correntes" está relacionado, principalmente, com o aumento nas despesas com serviços de pessoa jurídica e auxílio alimentação, dado a elevação no saldo de 43,82% e 13,76% respectivamente em comparação com o exercício de 2025 e 2024.

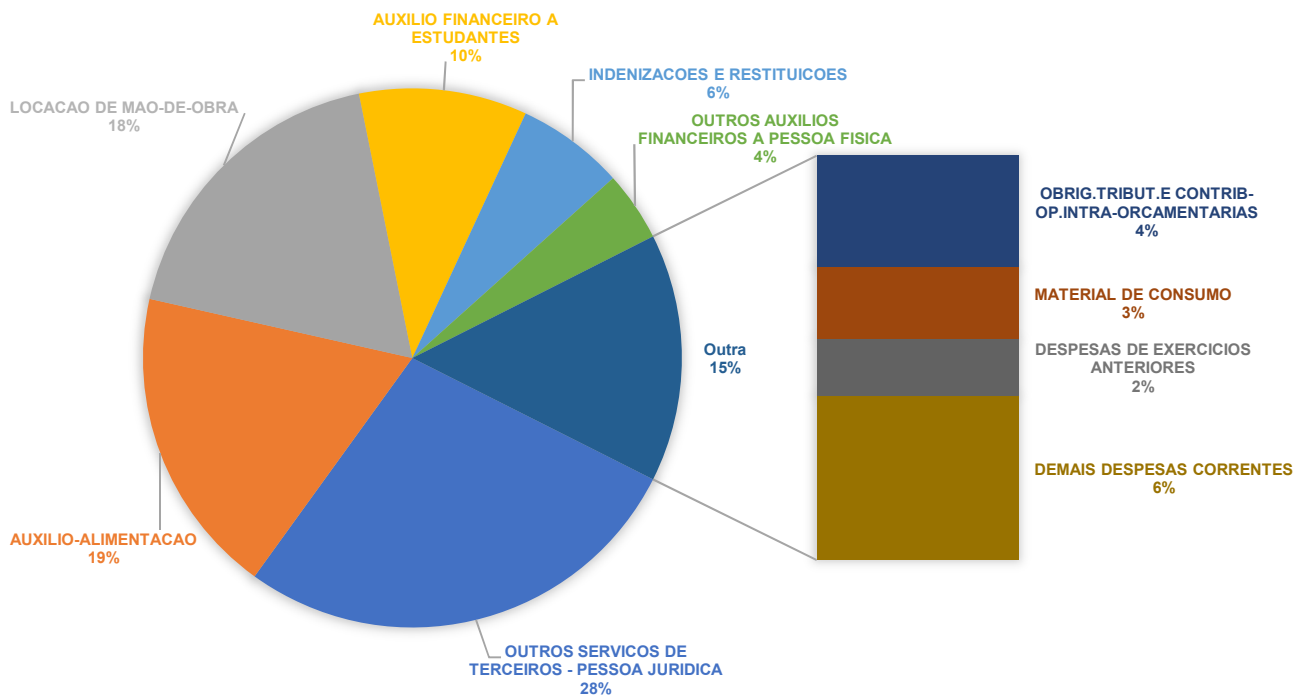
Cabe frisar que a natureza de despesa “Auxílio Alimentação”, é impactada pela Portaria nº 2.797/2024 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que estabeleceu o novo valor do auxílio-alimentação aos servidores ativos civis, reajustando o benefício de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00 (aumento de 52%) com efeitos financeiros a partir de maio de 2024.

Já as despesas empenhadas para atendimento de serviços com pessoa jurídica estão concentradas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (R\$ 18 milhões) e serviços relacionados a fornecimento de alimentação (R\$ 11 milhões) prestados nos restaurantes universitário da instituição.

A seguir, é apresentado gráfico com a composição das principais naturezas de despesas empenhadas ao longo de 2025 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Tesouro Gerencial 2025.



Movimentações Orçamentárias

Na tabela 18 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL no ano de 2025. Além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também são executados créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como são efetuados repasses a outros órgãos por meio das descentralizações concedidas.

Tabela 18 – Movimentação Orçamentária – Composição R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Grupo Despesa	2025								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	Outras Despesas Correntes			2.165.609,15		2.165.609,15	2.165.609,15	2.165.609,15		0,00
	Investimentos			887.845,64		887.845,64	887.845,64	887.845,64		(0,00)
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			13.301.629,03		13.301.629,03	12.592.096,68	12.592.096,68		0,00
	Investimentos			118.965,37		118.965,37	118.965,37	118.965,37		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Outras Despesas Correntes			3.216,50		3.216,50	3.216,50	3.216,50		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Outras Despesas Correntes			10.458,00		10.458,00	8.428,30	8.428,30		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Outras Despesas Correntes			0,00		0,00				0,00
UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	Outras Despesas Correntes			3.220,05		3.220,05	3.220,05	3.220,05		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Outras Despesas Correntes			9.316,65		9.316,65	6.070,68	6.070,68		(0,00)
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	Outras Despesas Correntes			2.178,56		2.178,56	2.178,56	2.178,56		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	836.621.015,00	952.755.256,00			948.487.992,67	841.043.313,30	841.043.313,30		4.267.263,33
	Outras Despesas Correntes	130.527.582,00	140.087.386,00	300.641,70	398.662,66	137.770.815,75	127.369.380,61	127.370.780,61	0,00	2.218.549,29
	Investimentos	4.818.068,00	3.254.578,00			3.090.808,79	994.757,41	994.757,41	0,00	163.769,21



FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Outras Despesas Correntes			2.108.088,67		2.108.072,75	1.908.079,82	1.908.079,82		15,92
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	32.171.036,00	37.096.246,00			36.482.458,61	32.367.780,36	32.367.780,36		613.787,39
	Outras Despesas Correntes	2.730.200,00	2.880.200,00			2.626.983,58	2.388.370,61	2.388.370,61	0,00	253.216,42
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	Outras Despesas Correntes			2.976,00		2.976,00	2.976,00	2.976,00		0,00
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	Outras Despesas Correntes			714,27		714,27	714,27	714,27		0,00
INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	Outras Despesas Correntes			0,00						0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Outras Despesas Correntes			1.848,15		1.848,15	1.848,15	1.848,15		0,00
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	Outras Despesas Correntes			220.000,00		220.000,00	220.000,00	220.000,00		0,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			5.827.856,28		5.827.846,50	1.341.081,99	1.341.081,99		9,78
	Investimentos			927.545,90		927.545,90	0,00			(0,00)
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Outras Despesas Correntes			370,64		370,64	370,64	370,64		0,00
MINISTERIO DA CULTURA	Outras Despesas Correntes			1.481.934,50		1.481.934,50	1.481.934,50	1.481.934,50		0,00
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	Outras Despesas Correntes			982.645,00		982.645,00				0,00
MINIST.DO DESENVOLV.AGRARIO E AGRI.FAMILIAR	Outras Despesas Correntes			305.808,73		305.808,73	305.808,73	305.808,73		0,00
INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	Outras Despesas Correntes			1.506.501,06		1.506.501,06	1.056.501,06	1.056.501,06		0,00
MINISTERIO DA IGUALDADE RACIAL	Outras Despesas Correntes			70.000,00		70.000,00				0,00
MINISTERIO DE PORTOS E AEROPORTOS	Outras Despesas Correntes			2.141.668,00		2.141.668,00	2.141.668,00	2.141.668,00		0,00
	Investimentos			309.987,32		309.987,32	230.132,53	230.132,53		0,00



MINISTERIO DOS POVOS INDIGENAS - ADM DIRETA	Outras Despesas Correntes			150.000,00		150.000,00				0,00
TOTAL		1.006.867.901,00	1.136.073.666,00	32.841.025,17	398.662,66	1.160.999.417,17	1.028.642.348,91	1.028.643.748,91	-	7.516.611,34

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 18, indica que 102,19% do montante da dotação atualizada para o exercício de 2025 está empenhada e 99,08% das descentralizações recebidas de outros órgãos foram executadas. Destaca-se o grupo de despesa de pessoal e encargos sociais, que representa 87,12% da dotação atualizada em 2025.

Em relação as descentralizações recebidas, seu saldo é significativamente superior as descentralizações concedidas. Nesse aspecto, da quantia de R\$ 32,8 milhões de descentralizações de créditos recebidas, cerca 40,8% são oriundas do MEC. Grande parte desse recurso (cerca de R\$ 6,7 milhões) é destinado para empenhamento de despesas com bolsas de residência médica (cerca de R\$ 4,6 milhões) e multiprofissionais em saúde (cerca de R\$ 2,4 milhões) pagas aos estudantes que atuam no Hospital Escola da UFPEL. Destaca-se também a soma de R\$ 3,8 milhões empenhados com serviço de apoio administrativo técnico e operacional para repasse a Fundação de Apoio Delfim Mendes Silveira no apoio a execução de projetos de extensão e pesquisa.



Nota 13 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não alcançara o estágio de pagamento da despesa.

A Universidade Federal de Pelotas em 2025 registra um montante de R\$ 113 milhões de saldo inscrito em Restos a Pagar, sendo que 81,12% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 18,88% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

Na sequência são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados – composição R\$ 1,00

		2025						
UG EXECUTORA	GRUPO DESPESA	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS BLOQUEADOS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.027.558,47	408.547,85	328.894,73	459.996,81	7.590.570,26	7.311.936,80	56.644,52
	INVESTIMENTOS	4.495.542,94	8.440.275,99	188.747,30	7.326.440,66	5.389.080,63	5.377.659,81	31.550,34
	TOTAL	12.523.101,41	8.848.823,84	517.642,03	7.786.437,47	12.979.650,89	12.689.596,61	88.194,86
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.587,29	8.082,08	8.082,08	5.357,90	229,39	229,39	0,00
	TOTAL	5.587,29	8.082,08	8.082,08	5.357,90	229,39	229,39	0,00
TOTAL		12.528.688,70	8.856.905,92	525.724,11	7.791.795,37	12.979.880,28	12.689.826,00	88.194,86

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

De acordo com a tabela 19, a unidade gestora da UFPEL detém 99,94% do saldo de Restos a Pagar Não Processados, enquanto que o Hospital Escola possui apenas 0,06%. No exercício de 2025 foram liquidados 67,53% do saldo total de Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos, sendo 58,48% dos empenhos liquidados pertencentes ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”.

A maior parte do saldo de Restos a Pagar Não Processados na condição “a Liquidar” está concentrada no grupo de despesas "Investimentos", representando 60,48% do total de restos a pagar não processados a liquidar. Desse montante, aproximadamente R\$ 7,2 milhões estão relacionados à natureza de despesa "Obras em Andamento", enquanto cerca de R\$ 67 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

Sobre os restos a pagar não processado cancelados, o montante cancelado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao longo de 2025 atingiu R\$ 525 mil, saldo 59,10% inferior ao registrado no ano de 2024. Cabe ressaltar, que 62,56% do montante cancelado são empenhos vinculados ao grupo de Outras Despesas Correntes, em especial, com serviços de pessoa jurídica, cujo cancelamento superou os R\$ 131 mil. Embora o cancelamento de saldo de empenhos inscritos em restos a pagar ocorra ao final do exercício como está previsto no art. 68 do Decreto 93.872/1986, outras legislações influenciaram nos prazos de bloqueios e cancelamentos de restos a pagar, a saber: Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 e Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025.

Na sequência, é demonstrado a tabela com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar Processado, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 20 – Restos a Pagar Processados – composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	2025				
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.034.401,46		250.767,77	80.783.633,69	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.923.019,25	1.137,80		6.923.019,25	1.137,80
	INVESTIMENTOS	39.560,83			39.560,83	0,00
	TOTAL	87.996.981,54	1.137,80	250.767,77	87.746.213,77	1.137,80
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.005.364,51			3.005.364,51	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	910.924,24	792,00		910.924,24	792,00
	TOTAL	3.916.288,75	792,00		3.916.288,75	792,00
TOTAL		91.913.270,29	1.929,80	250.767,77	91.662.502,52	1.929,80

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A Tabela 20 evidencia que os Restos a Pagar Processados (RAP) apresentam participação superior em relação aos Restos a Pagar não Processados. Esse comportamento decorre, principalmente, do volume de RAP inscrito no grupo de despesas 'Pessoal e Encargos Sociais', em razão da alteração no sistema de emissão de ordens bancárias implementada no início de 2019, a qual passou a postergar o registro contábil do pagamento da folha de dezembro. Embora a folha da competência de dezembro seja quitada no próprio mês, o atraso no processamento sistêmico do registro contábil ocasiona a inscrição desses valores em Restos a Pagar Processados no referido grupo de despesa. Dessa forma, a baixa integral do saldo ocorre apenas com a emissão da ordem bancária (OB), efetivada em janeiro do exercício seguinte, conforme demonstrado nas colunas de 'RAPs Processados Pagos' e 'Restos a Pagar Processados a Pagar'.

No tocante ao saldo de Restos a Pagar Processados inscritos e reinscritos seja superior ao dos restos a pagar não processados, na condição de "a pagar" resta apenas o montante de R\$ 1.929, sendo relacionado a obrigações do grupo de despesa "Outras Despesas Correntes", especialmente, com despesas empenhadas para pagamento de material de consumo e serviço de terceiros de pessoa jurídica.

A seguir é apresentada a tabela 21, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão de empenho.

Tabela 21 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho composição R\$ 1,00

EMPENHO ANO EMISSÃO	2025			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2011	239,90			239,90
2014	574,50			574,50
2015	323,40			323,40
2016	792,00			792,00
2019	5.520.720,34			5.520.720,34
2020	1.040,00			1.040,00
2021	96.351,59			96.351,59
2022	1.332.196,14	123.006,98	396.183,87	813.005,29
2023	1.934.833,88	158.280,60	1.180.257,90	596.295,38
2024	104.413.722,96	495.204,30	102.775.886,75	1.142.631,91
TOTAL	113.300.794,71	776.491,88	104.352.328,52	8.171.974,31

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 21 revela que 90,10% do saldo de R\$ 104 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados) já foram pagos, com destaque especial para os NE inscritos no ano de emissão de 2024, que no ano de 2025 foram quitados mais de R\$ 102 milhões de saldo inscritos em RAP's. Desse volume, cerca de R\$ 78 milhões são relativos a despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Em relação ao saldo de R\$ 8,1 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição de “a pagar”, pode-se afirmar que 67,55% do montante estão atrelados aos empenhos do exercício de 2019, cujo saldo está alocado integralmente com obras e instalações.

Ao final do exercício de 2025, efetivou-se o cancelamento de R\$ 776 mil de saldo de restos a pagar não processados e processados. Deste montante, cerca de R\$ 495 mil é saldo de empenhos de 2024, cujo maior saldo é destinado ao pagamento de aquisições de equipamento e material permanente (cancelados cerca de R\$ 175 mil).

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, a instituição vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. Neste sentido, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de notas de empenhos emitidas nos anos que compreende 2010 a 2017, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões. Tal procedimento teve como principal fator a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Ao final de junho de 2025, em conformidade com o Decreto nº 93.876, de 23 de dezembro de 1986, foi realizado o bloqueio de saldos no montante de aproximadamente R\$ 1,3 milhão, referentes a Restos a Pagar Não Processados (RPnP) inscritos com base em empenhos emitidos no exercício de 2023. A medida aplica-se aos RPnP que não foram liquidados até a data-base de 30 de junho de 2025, atendendo ao disposto no § 2º, art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, que estabelece o bloqueio obrigatório desses saldos não liquidados no prazo legal. Considerando que havia empenhos que se enquadravam nos § 4º e § 5º do art. 68 do referido Decreto foi possível realizar o desbloqueio de saldo de aproximadamente R\$ 1 milhão, restando ainda bloqueado R\$ 222 mil de restos a pagar do exercício de 2023.

Ao final de dezembro de 2025 foi publicada a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 (Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025), na Seção 1, Edição Extra D do Diário Oficial da União de 31/12/2025, a qual em seu art. 181 definiu que os restos a pagar não processados inscritos em 2023 e 2024, somente poderão ter seus saldos bloqueados ou não liquidados, cancelados em após 31/12/2026. Através desse dispositivo legal, a UFPEL evitou o cancelamento de R\$ 88 mil de saldo de restos a pagar não processados de 2023.

4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 14 – Ingressos

A seguir, a tabela 22 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 22 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE RECURSOS	ORIGEM RECEITA	ESPÉCIE RECEITA	2025		
				RECEITA ORÇAMENTARIA (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENTARIA (LIQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIÃO	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	17.323,98		17.323,98
	CONVENIOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	168,00		168,00
			TRANSF.DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	71.039,16		71.039,16
			TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS			
	DOAÇÕES NACIONAIS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	86.230,60	(2.337,24)	83.893,36
	RECURSOS A CLASSIFICAR	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	4.847,92	(4.847,92)	0,00
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.218,67		2.218,67
	RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORAÇÃO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	212.682,44	(11.064,14)	201.618,30
			VALORES MOBILIÁRIOS	2.683,10		2.683,10
RECEITA AGROPECUÁRIA		RECEITA AGROPECUÁRIA				
RECEITA DE SERVIÇOS		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	1.273.859,69	(2.530,00)	1.271.329,69	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	63.240,87		63.240,87	
	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	746.198,52	(470.518,22)	275.680,30		
RECEITAS DE CAPITAL	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	ALIENAÇÃO DE BENS	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	256.300,00	(26.700,00)	229.600,00
Total				2.736.792,95	(517.997,52)	2.218.795,43

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A tabela 22 demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não considerando como receita os demais recebimentos, a exemplo das transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são mais bem evidenciadas no grupo “Transferências Financeiras Recebidas” no balanço financeiro.

Sobre a destinação das receitas arrecadadas, verifica-se que são integralmente vinculadas, ou seja, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. As receitas auferidas em 2025 registram evolução de 17,03% (cerca de R\$ 322 mil) na arrecadação em relação ao exercício de 2024. O aumento de 38,52% com arrecadação de receita com serviços administrativos e comerciais gerais contribuiu para melhora no ingresso de receitas orçamentárias no período.

Importa destacar, que a receita com “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais” corresponde a 57,29% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essa espécie de receita, além de contemplar os ingressos financeiros oriundos de serviços administrativos e comerciais gerais, tem como principal natureza de receita, a arrecadação com taxas de inscrição em concurso e processos seletivos, que estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes” já mencionados anteriormente.

A receita de capital contribuiu para incrementar os ingressos de receita orçamentária com a alienação de bens móveis, cuja arrecadação compôs 10,34% do total dos ingressos com Receitas Orçamentárias ao longo de 2025. A alienação envolveu veículos e bens móveis por meio de leilão ocorrido trimestre de 2025. Embora a operação tenha gerado arrecadação de aproximadamente R\$ 229 mil, o resultado apurado é de deságio da ordem de R\$ 263 mil que é evidenciado na variação patrimonial diminutiva de perdas com alienação.

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 23 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 23 – Transferências Financeiras por fonte de recurso – composição R\$ 1,00

FONTE RECURSOS	2025					TOTAL
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSF RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	DEMAIS TRANSF RECEBIDAS	MOVIMENT. DE SALDOS PATRIMONIAIS	
NAO SE APLICA					28.151.144,05	28.151.144,05
RECURSOS LIVRES DA UNIAO	813.559.167,65	24.103.721,15	5.458.061,61	2.202.752,88		845.323.703,29
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	46.017.125,01		1.587.207,00			47.604.332,01
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	33.484,94		11.281,42	25.295,67		70.062,03
EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	1.224.000,90		1.623.894,35			2.847.895,25
DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.			250.756,62			250.756,62
RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO		6.970,08				6.970,08
RECURSOS LIVRES DA UO	1.056.501,06		456.001,06			1.512.502,12
BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	238.180.649,54	495.430,02				238.676.079,56
CCCCN-COM.COORD.DA CRIACAO DO CAVALO NACIONAL						
REPAR.DANOS A INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS						
CT-INFRA						
REC. ABANDONADOS DOS PATRIMONIOS DO PIS PASEP	251.719,64					251.719,64
DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.			1.169.717,26			1.169.717,26
Total	1.100.322.648,74	24.606.121,25	10.556.919,32	2.228.048,55	28.151.144,05	1.165.864.881,91

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

O saldo de transferências financeiras recebidas em 2025 apresenta variação positiva de 9,74% em relação ao exercício anterior, registrando acréscimo de aproximadamente R\$ 103 milhões. Esse grupo de contas representa o principal ingresso financeiro da UFPEL, compondo 84,37% do total de recebimentos da instituição contabilizados no ano de 2025.

A evolução de 8,16% no saldo de transferências financeiras referente aos repasses recebidos de recursos livres da União contribuiu para a expansão no volume de transferências financeiras recebidas em 2025. Importa ressaltar que os recursos de livre aplicação da União são utilizados para execução das despesas obrigatórias e discricionárias, ademais produzem reflexo contábil na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) gerando saldo na Variação Patrimonial Aumentativa com Transferências Intergovernamentais.

No tocante a destinação do recurso orçamentário recebida por transferências, 72,51% do montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e utilização dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica. Pelos recursos vinculados, destaca-se a fonte relacionada aos Benefícios do RPPS da União, que representa 22,31% dos repasses recebidos e constituem fonte principal para pagamento de servidores aposentados.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 24 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar - composição R\$ 1,00

Conta Contábil	GRUPO DE DESPESA	2025	2024	AH%
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.559.357,62	84.039.765,97	32,75
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.618.556,58	7.833.392,75	61,09
	INVESTIMENTOS	1.194.173,36	11.875,54	9.955,74
	TOTAL	125.372.087,56	91.885.034,26	36,44
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.074.301,99	8.033.145,76	(36,83)
	INVESTIMENTOS	1.909.278,71	4.495.542,94	(57,53)
	TOTAL	6.983.580,70	12.526.192,10	(44,25)
TOTAL		132.355.668,26	104.413.722,96	26,76

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os recursos extraorçamentários consideram a inscrição dos restos a pagar, logo, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Assim, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados, bem como aos créditos orçamentários liquidados a pagar.

Nesse sentido, a tabela 24 indica acréscimo de 26,76% no ano de 2025 em comparação ao período de 2024, ou seja, aponta elevação no saldo com inscrição de Restos a Pagar da ordem de R\$ 27,9 milhões. Pode-se destacar a diminuição de 44,25% com a inscrição de RP Não Processados, relativos aos créditos destinados a “Outras Despesas Correntes”, em especial aos valores ligados a serviços de pessoa jurídica.

Em relação ao saldo de Inscrição de RP Processados, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” apresenta quantia 32,75% inferior ao do ano de 2024. A razão para essa elevação são os créditos empenhados com vencimentos dos servidores (R\$ 15 milhões), bem como elevação de R\$ 9 milhões com obrigações patronais incidentes sobre a folha de pessoal.

Nota 15 – Dispêndios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

Tabela 25 – Despesas orçamentárias - composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	Ação Governo	Ação Governo	DESPESAS EMPENHADAS		
			2025	2024	AH%
RECURSOS LIVRES DA UNIAO	00P1	CONCESSAO DE BOLSAS DE RESIDENCIA EM SAUDE	8.568.126,50	8.113.155,06	5,61
	00PW	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	8.290,00		-
	00TE	APOIO A GESTAO DE PROJETOS PUBLICOS DE IRRIGACAO		78.006,83	(100,00)
	00UU	CONTRIBUICOES REGULARES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREI	12.193,00		-
	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	22.642.791,56	42.494.715,86	(46,72)
	0487	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.768.720,04	1.646.530,25	7,42
	0536	BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL	426.145,56	374.815,08	13,69
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	111.041.366,20	95.776.354,70	15,94



	162D	DRAGAGEM E SINALIZACAO NAUTICA DA LAGOA MIRIM	2.141.668,00		-
	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	1.099.773,81	1.651,80	66.480,33
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	10.960.981,39	10.027.454,48	9,31
	20B5	FORTELECIMENTO DO SISTEMA PUBLICO DE RADIODIFUSAO E COMUNICA		20.000,00	(100,00)
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	4.449.961,22	4.162.510,06	6,91
	20JP	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS, EVENTOS E		503.243,38	(100,00)
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	4.092.417,44	2.350.600,06	74,10
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	70.223.940,99	62.472.194,36	12,41
	20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	3.690,27		-
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	559.816.874,60	480.152.753,60	16,59
	20U9	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS		1.982,16	(100,00)
	20UF	REGULARIZACAO FUNDIARIA, PROTECAO E GESTAO DOS TERRITORIOS I	150.000,00		-
	20ZF	PROMOCAO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA	30.000,00	50.000,00	(40,00)
	20ZG	FORMULACAO E GESTAO DA POLITICA CULTURAL	1.451.934,50		-
	20ZH	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	982.645,00	300.000,00	227,55
	20ZV	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO		55.650,00	(100,00)
	210V	ESTRUTURACAO PRODUTIVA, PROMOCAO E FORTELECIMENTO DA AGRICUL	305.808,73		-
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	36.332.089,21	32.374.004,52	12,23
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	34.465,23	40.000,00	(13,84)
	21D7	APOIO A EDUCACAO A DISTANCIA	225.724,62	926.633,00	(75,64)
	21F0	DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A JUSTICA E A CIDADANIA	220.000,00		-
	21G7	GOVERNANCA E REGULARIZACAO FUNDIARIA NACIONAL		119.691,32	(100,00)
	21GS	INTERNACIONALIZACAO DA EDUCACAO SUPERIOR	85.923,91	54.882,00	56,56
	21HN	GESTAO DE POLITICAS DE ACOES AFIRMATIVAS E DE COMBATE E SUPE	70.000,00		-
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	17.003.709,70	15.781.942,28	7,74
	4236	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS	3.053.454,79		-
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	298.612,72	236.071,50	26,49
	5538	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA		377.461,51	(100,00)
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	50.000,00	3.203.626,68	(98,44)
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	44.646.978,46	311.726,36	14.222,49
	20YJ	FORTELECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE E		278.182,08	(100,00)
	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	368.325,55		-
	21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E INOVACAO EM SAUDE		360.000,00	(100,00)
	21BG	FORMACAO E PROVISAO DE PROFISSIONAIS PARA A ATENCAO PRIMARIA	1.136.037,00	227.207,00	400,00
	21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE		2.499.000,00	(100,00)
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	33.483,95	401.819,28	(91,67)
	21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E INOVACAO EM SAUDE	4.290.000,00		-
EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI		66.601,00	(100,00)
	20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E		125.000,00	(100,00)



	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.711.780,00	4.223.662,68	(59,47)
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR		506.095,00	(100,00)
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E		53.208,00	(100,00)
DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	20JP	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS, EVENTOS E		250.756,62	(100,00)
	20YA	APOIO A PROJETOS DE EXCELENCIA ESPORTIVA NAS FASES DE ESPECI		600.000,00	(100,00)
RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	00PW	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	62.695,37	48.088,68	30,37
	00UU	CONTRIBUICOES REGULARES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREI	33.350,00	48.000,00	(30,52)
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.516.710,51	1.162.275,65	30,49
REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		510.336,49	(100,00)
RECURSOS LIVRES DA UO	210T	PROMOCAO DA EDUCACAO E CULTURA DO CAMPO	1.506.501,06	682.002,12	120,89
BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	246.822.440,46	242.850.266,89	1,64
CONVENIOS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	80.595,60	93.979,89	(14,24)
DOACOES NACIONAIS	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.677,00		-
REC. ABANDONADOS DOS PATRIMONIOS DO PIS PASEP	162D	DRAGAGEM E SINALIZACAO NAUTICA DA LAGOA MIRIM	309.987,32		-
	21BF	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E INOVACAO EM SAUDE	927.545,90		-
Total			1.160.999.417,17	1.016.994.138,23	14,16

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

Os dados da tabela 25 indicam que as despesas orçamentárias apresentam variação líquida positiva de 12,58%, aumento influenciado, sobretudo, pelas despesas ordinárias (empenhadas com recursos primários de livre aplicação), dado a elevação de 12,58% (cerca de R\$ 95 milhões) apurada no exercício de 2025 em relação ao de 2024. O volume das despesas vinculadas, também acompanha a alta, registrando elevação de 18,86% (cerca de R\$ 48 milhões), impactada pelos dispêndios com Seguridade e Previdência Social.

As despesas empenhadas com recursos ordinários, ou seja, aquelas de livre aplicação, tem como principal ação de governo, os “ativos civis da união” compondo 48,22% do total das despesas orçamentárias em 2025. Nessa ação de governo a principal natureza de despesa é vencimentos e vantagens fixas de pessoal (cerca de R\$ 559 milhões), a qual evoluiu 16,59% (cerca de R\$ 79 milhões) no ano de 2025 em relação ao exercício anterior.

Em relação a ação de governo “Aposentadorias e Pensões Civis da União” pagas com recursos vinculados, destaca-se o saldo de R\$ 246 milhões no período, montante 1,64% superior ao computado no ano de 2024. Esse gasto é financiado com os recursos de livre aplicação da Seguridade Social (R\$ 44 milhões), bem como com os recursos livres da União (R\$ 22 milhões).

Os desembolsos com a ação de governo “Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais ” registra aumento da ordem de R\$ 15 milhões. Isso é, 15,94% superior ao registrado no exercício anterior e tem como principal fator a elevação nos pagamentos com servidores ativos e inativos, já que é uma contribuição diretamente proporcional aos vencimentos apurados na folha de pagamento.

Transferências Financeiras Concedidas

O saldo de transferências financeiras concedidas representa 1,78% do dispêndio da UFPEL e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras UFPEL e Hospital Escola (HE). O objetivo desses sub-repasses entre a UFPEL e o HE, no geral, são para pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente sub-repassado ao Hospital Escola. Assim, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como pode ser observado no Balanço Financeiro, no qual o valor de R\$ 24.606.121,25 é o mesmo para as contas “Sub-repasso Concedido” e Sub-repasso Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários englobam os pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 8,06% do total do desembolso financeiro do órgão no ano de 2025.

Em relação aos pagamentos com Restos a Pagar Processados, registra a importância de R\$ 91 milhões apurados em 2025, saldo 6,06% inferior ao registrado no ano de 2024. Desse volume de pagamentos, cerca de 91,41% está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Devido a alteração na rotina de emissão de ordens bancárias ocorrida no fim de 2018, o registro do pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro é efetivamente contabilizado após a emissão da Ordem Bancária (OB), ou seja, somente em janeiro do exercício seguinte.

No tocante os desembolsos relacionados ao saldo de Restos a Pagar Não Processados, a redução de 39,77% no ano de 2025 em comparação ao exercício de 2024, resultado de um volume menor de pagamentos relacionados com a manutenção e custeio da instituição, representada pelo grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” (variação negativa de R\$ 8,9 milhões). Nesse aspecto, os valores pagos com restos a apagar não processados em 2025 estão concentrados com serviços de terceiros pessoa jurídica, que atingiram montante de R\$ 5,7 milhões, enquanto que no exercício de 2024 o saldo é de 14,3 milhões.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. A partir desse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro no encerramento de 2025 é superavitário em R\$ 5.936.103,13. Entretanto, este resultado não deve ser entendido como superávit financeiro do período, visto que que tal apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

O saldo superavitário do exercício de 2025 é 20,72% inferior ao apurado no exercício de 2024, quando se apurou superávit de R\$ 7,4 milhões. Atribui-se esse desempenho financeiro as despesas orçamentárias, que registram aumento de R\$ 144 milhões (14,16%) no período.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

O saldo das Variações Patrimoniais Aumentativas em 2025 atingiu um montante de R\$ 1,2 bilhão, superando em 12,30% o montante apurado no exercício anterior. Esse aumento é atribuído, em especial, pelo recebimento de “Transferências e Delegações Recebidas”, cujo saldo acumulado ao final de 2025 (cerca de R\$ 1,1 bilhão) é 10,33% superior ao contabilizado no ano de 2024.

A principal conta contábil no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas” é “Transferências Intragovernamentais”, cujo saldo representa 94,63% do grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas. Na referida conta contábil são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses do MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo na conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no

Balanco Patrimonial. Esses recursos viabilizam os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias da instituição ao longo do exercício.

A seguir é apresentada a tabela com a composição do grupo de contas “Transferências Intragovernamentais” por unidade gestora:

Tabela 26 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00

UG EXECUTORA	2025	2024	AH%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	1.142.193.503,88	1.026.866.399,28	11,23
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	33.121.312,32	38.385.203,47	(13,71)
TOTAL	1.175.314.816,20	1.065.251.602,75	10,33

Fonte: SIAFI 2025.

A tabela 26 revela que a maior parcela das Transferências Intragovernamentais está concentrada na unidade gestora da UFPEL, representando 97,18% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola obtém apenas 2,82% em 2025. Os recebimentos de transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são distribuídas em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos, dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias da UFPEL.

Enquanto a unidade gestora Hospital Escola apresenta retração de 13,71% (cerca de R\$ 5,2 milhões) no recebimento de Transferências Intragovernamentais, a unidade UFPEL registra expansão de 11,23% (cerca de 115 milhões no ano de 2025). O aumento no saldo de recebimentos da UFPEL, é atribuído ao volume de recebimentos de recursos ordinários, ou seja, em fonte primária de livre de aplicação, que é 8,93% (cerca de R\$ 65 milhões) superior ao valor registrado no ano anterior.

Na tabela a seguir é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 27 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

Conta Contábil	2025	2024	AH%
REPASSE RECEBIDO	1.100.322.648,74	976.202.371,81	12,71
SUB-REPASSE RECEBIDO	24.606.121,25	30.263.765,06	(18,69)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	10.556.919,32	29.040.986,85	(63,65)
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.228.048,55	2.088.290,35	6,69
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	28.151.144,05	24.756.550,60	13,71
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	168,00	-	-
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	71.039,16	94.718,88	(25,00)
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	-	8.823,69	(100,00)
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	-	1.676,32	(100,00)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.066.384,55	1.744.095,85	247,82
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ESTADUAL	256.437,35	382.779,11	(33,01)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - MUNICIPAL	3.055.905,23	667.544,23	357,78
Total	1.175.314.816,20	1.065.251.602,75	10,33

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os dados da tabela 27 indica a conta "Repasse Recebido" como a mais significativa no grupo de "Transferências e Delegações Recebidas", correspondendo a 93,62% dos valores recebidos. Do saldo de R\$ 1,1 bilhão de repasse recebido, cerca de R\$ 801 milhões são recursos financeiros provenientes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, que impacta a conta "Caixa e Equivalente de Caixa" no Balanco Patrimonial e viabiliza o pagamento de despesas obrigatórias e discricionárias ao longo do exercício.

Ao término do exercício de 2025, o grupo de contas "Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar" registra diminuição de 63,65% em 2025 em relação ao ano anterior. Tal retração está associada aos empenhos inscritos em restos a pagar processados, em especial, ao valor de aproximadamente R\$ 13,7 milhões recebidos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) oriundo de TED 954827 firmado em

2023 para capacitação e aprimoramento institucional da CONAB e de cooperativas e associações de agricultores familiares do Brasil para o Mercado de Créditos de Carbono.

Destaca-se o montante de R\$ 1 milhão recebidos para pagamentos de restos a pagar em cumprimento o TED 169/2023, para financiar curso de aperfeiçoamento sobre manejo e controle de dor crônica e síndrome dolorosa. O montante de R\$ 360 mil para atendimento do TED 120/2024 cujo objeto é fomentar pesquisas estratégicas em saúde segundo a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), bem como o montante de R\$ 227 mil, referente ao TED 110/2024, para custeio do Curso de Especialização em Medicina de Família e Comunidade, na modalidade EAD do Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB).

Nota 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

O saldo das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiu a quantia de R\$ 1,2 bilhão em 2025, montante 13,17% superior ao apurado no período de 2024. Entre as principais contas que contribuíram para essa elevação, destacam-se o grupo de contas “Remuneração de Pessoal” que registra expansão de R\$ 96,5 milhões em relação ao ano de 2024, seguida do grupo de “Benefícios Previdenciários e Assistências”, segunda maior variação positiva (cerca de R\$ 31 milhões) que compõe as Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

A variação positiva de 15,80% no saldo de VPD do grupo de contas de “Pessoal e Encargos” em 2025 em relação ao exercício anterior é gerada pelo aumento nos vencimentos pagos a servidores, bem como pelo aumento de gratificações. Os principais grupos de contas da VPD são descritos com maior detalhamento posteriormente.

A tabela 28 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos:

Tabela 28 – VPD Pessoal e Encargos Sociais – composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH%
GRATIFICACOES	214.622.988,88	184.716.276,57	16,19
VENCIMENTOS E SALARIOS	212.810.947,43	174.520.609,04	21,94
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	110.989.622,95	95.776.354,70	15,88
FERIAS - RPPS	50.433.866,26	44.165.835,00	14,19
13. SALARIO - RPPS	39.254.139,22	33.725.635,36	16,39
AUXILIO ALIMENTACAO	31.658.994,43	27.844.629,91	13,70
VENCIMENTOS E SALARIOS	12.013.600,87	13.479.563,96	(10,88)
ABONOS	8.279.466,05	7.026.928,10	17,82
ADICIONAIS	6.988.583,66	5.827.840,37	19,92
CONTRIBUICAO PARA O PASEP S/ FOLHA PAGAMENTO	5.539.890,78	4.748.552,97	16,66
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	2.963.429,67	3.166.995,32	(6,43)
DEMAIS VPD'S COM PESSOAL E ENCARGOS	10.854.995,82	15.052.863,72	(27,89)
Total	706.410.526,02	610.052.085,02	15,80

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A Tabela 28, aponta que o grupo de contas "Pessoal e Encargos Sociais" registrou aumento no saldo líquido devido a fatores como elevação nos gastos com Vencimentos e Salários (cerca de R\$ 10,2 milhões), bem como pelo aumento de 10,38% com gratificações ao término do exercício de 2025 em comparação ao ano anterior.

No tocante a rubrica de "Gratificações", é considerada a conta mais significativa dentro do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais", representando 30,38% do total das despesas dessa natureza. As "Gratificações" englobam funções como exercício de cargo, exercício de funções, tempo de serviço, incentivo à qualificação e exercício de cargo em comissão, entre outras. Entre elas, destaca-se a "Retribuição por Titulação" (RT) como a mais relevante na composição desse tipo de gasto, atingindo montante de R\$ 148 milhões no período. A "Retribuição por Titulação" (RT) é paga aos docentes da carreira do Magistério Superior, de acordo com sua jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

O segundo grupo de contas de maior impacto na Variações Patrimoniais Diminutivas, é “Benefícios Previdenciários e Assistências. Seu saldo representa 26,26% das VPD's incorridas no ano de 2025, com saldo superior a R\$ 326 milhões contabilizados.

A seguir é apresentada a tabela 29, com as principais contas que compõe o saldo do grupo “Benefícios Previdenciários e Assistências” ao longo de 2025.

Tabela 29 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências – composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	213.635.978,82	195.043.253,70	9,53
PENSOES CIVIS	40.469.761,38	37.852.818,19	6,91
GRATIFICACOES	21.116.425,74	19.117.365,49	10,46
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	20.444.538,57	18.270.893,98	11,90
ASSISTENCIA A SAUDE	10.956.378,47	10.008.208,42	9,47
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	9.161.144,21	9.206.490,27	(0,49)
COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA PESSOAL CIVIL	5.130.231,52	-	-
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	3.710.774,20	3.224.800,42	15,07
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	426.145,56	374.815,08	13,69
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	418.579,84	419.765,72	(0,28)
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS	413.325,91	462.868,65	(10,70)
AUXILIO FUNERAL	257.871,53	300.357,55	(14,15)
AUXILIO NATALIDADE	26.857,76	24.752,92	8,50
APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVACAO PES CIV	2.614,02	-	-
TOTAL	326.170.627,53	294.306.390,39	10,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Os dados da tabela 29 indicam que a VPD Benefícios Previdenciários e Assistenciais evoluiu 10,83% no saldo líquido do ano de 2025. A conta de “Proventos – Pessoal Civil” representa 65,50% do total do grupo de VPD Benefícios Previdenciários e Assistenciais, ademais registra aumento de gasto da ordem de 9,53% em relação ao exercício 2024. No mesmo sentido, a rubrica de Pensões Civis, apresenta expansão de 6,91% em comparação ao ano de 2024.

Em relação aos proventos de pessoal civil, embora registre aumento no gasto da ordem de R\$ 18 milhões houve baixa variação no volume de servidores aposentados, visto que em 2025 são computados 1.749 servidores aposentados, enquanto que no ano anterior eram 1.751 servidores inativos. Nesse aspecto, o aumento no gasto com esse grupo de servidores é reflexo da Medida Provisória nº 1.286 de 31/12/24, a qual promoveu reajustes salariais de servidores ativos e benefícios de aposentadorias e pensões concedidos com base em regras de paridade, sendo implantadas no contracheque de abril de 2025.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. De Capital Fixo”, abrange o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e custeio das atividades da instituição, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já descritos anteriormente na presente nota explicativa.

A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

Tabela 30 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

Conta Contábil	2025	2024	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	45.853.906,58	43.200.128,08	6,14
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	11.529.574,69	9.147.469,81	26,04
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	6.859.189,98	6.076.844,25	12,87
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4.142.751,19	4.240.662,42	(2,31)
SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	3.302.512,07	335.893,24	883,20
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	3.145.281,42	2.934.347,73	7,19

SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	1.660.407,57	1.372.811,04	20,95
DIARIAS	1.004.681,32	1.201.182,93	(16,36)
DEMAIS VPD'S COM BENS, SERVIÇOS E BENS DE CAPITAL	4.678.808,34	5.859.334,84	(20,15)
Total	82.177.113,16	74.368.674,34	10,50

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A Tabela 30 demonstra a composição do montante de VPD relacionado ao "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" que atingiu R\$ 82 milhões superior ao do registrado no ano anterior, aumento influenciado, sobretudo, pelos gastos com serviços.

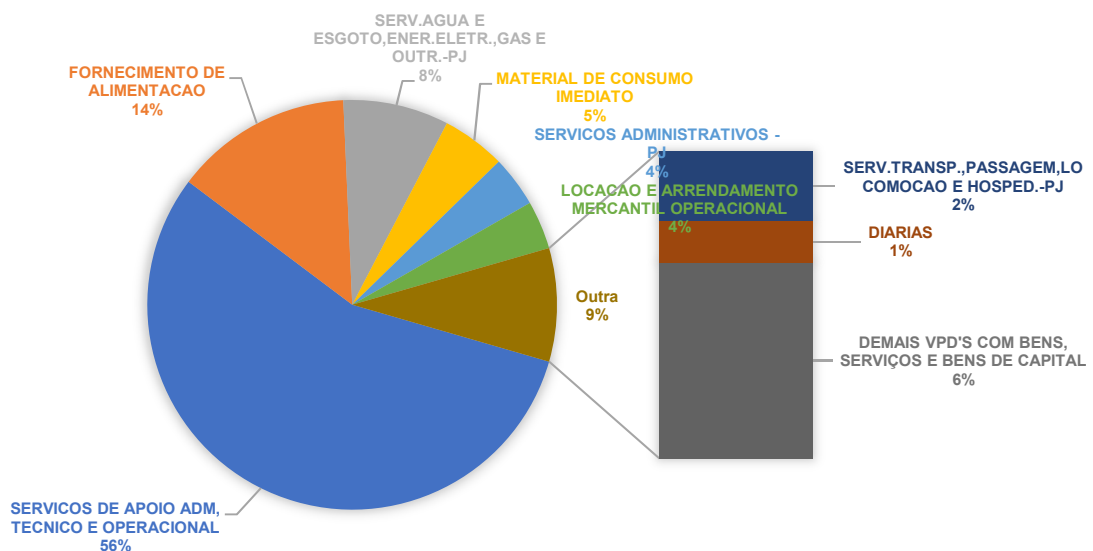
Nesse contexto, a VPD com "Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional" apresenta elevação de 6,14% no exercício de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024. Isso é ocasionado pelas despesas antecipadas com repasses efetuados a fundação de apoio em 2024 e parte de 2025, as quais foram devidamente apropriadas pelo regime de competência pelo montante de R\$ 16,9 milhões no período contratual correspondente.

Outro gasto que contribuiu para elevação do grupo "Outras Despesas Correntes" foram serviço de fornecimento de alimentação, que no ano de 2025 registra liquidações da ordem de R\$ 11 milhões, enquanto que no exercício de 2024 o montante contabilizado é de R\$ 9 milhões para essa natureza de despesa. Tal aumento, está associado ao reajuste contratual anual, que elevou o contrato em 4,88% (cerca de R\$ 654 mil).

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no ano 2025:

Gráfico 3 - Principais VPD's de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo da 2025

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO



Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

Nota 18 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de "Resultados Acumulados" do item Resultado do Exercício no Balanço Patrimonial. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam

ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem transitar pelo resultado).

Nesse contexto, a UFPEL em 2025 apresenta resultado patrimonial positivo de R\$ 6,2 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores as variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) conforme ilustrado na tabela a seguir.

Tabela 31 – DVP: Resultado patrimonial do período – Composição R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	2025	2024	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.242.058.042,35	1.106.053.443,79	12,30
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-1.235.786.551,82	-1.091.979.199,54	13,17
Resultado Patrimonial do Período	6.271.490,50	14.074.244,25	-55,44

Fonte: SIAFI 2025

Com base na tabela 31, pode-se inferir que o resultado superavitário está associado ao crescimento de 12,30% das Variações Patrimoniais Aumentativas contra o crescimento de 13,17% do saldo das Variações Patrimoniais Diminutivas. As VPA's foram impactadas, sobretudo, pelo aumento de recebimentos de transferências intragovernamentais, bem como pelo ganho com desincorporação de passivo. Cabe destacar que esse resultado do exercício superavitário de R\$ 6 milhões é evidenciado diretamente no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial em resultados acumulados.

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 19 - Ingressos de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A partir dessa premissa, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento no exercício de 2025 é positiva em R\$ 5,9 milhões, saldo 20,72% inferior ao apurado no exercício anterior, justificado pelo saldo maior do caixa e equivalente caixa final em 2025 em relação saldo de caixa inicial. Na sequência, é demonstrado a tabela 31 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 32 – Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final – composição R\$ 1,00

Resultado Financeiro BF x DFC	2025	2024	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	72.235.957,43	64.748.832,69	11,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	78.172.060,56	72.235.957,43	8,22
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.936.103,13	7.487.124,74	-20,72

Fonte: SIAFI 2025.

A tabela 32 indica a variação negativa de 20,72% na geração líquida de caixa entre o ano 2025 e 2024. Considerando que o saldo de caixa e equivalente de caixa inicial apresentou aumento de 11,56%, o caixa e equivalente de caixa final variou 8,22% em comparação com o ano de 2024, o que é atribuído pelo maior recebimento de recursos financeiros das atividades operacionais, cujos ingressos superaram os desembolsos em R\$ 12,4 milhões.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, verifica-se diminuição de 3,9% nos desembolsos com aquisições de ativo não circulante. Essa redução está associada aos desembolsos com obras e instalações, visto que em 2024 os pagamentos efetuados totalizaram R\$ 4,6 milhões em 2024, enquanto que no ano de 2025 o saldo acumulado é de R\$ 2,8 milhões. Os desembolsos para aquisição de equipamentos permanente são os de maior representatividade apurado ao término de 2025, representando 54,60% (cerca de 3,6 milhões) do fluxo de caixa de investimentos.

A variação negativa de 12,71% do fluxo de caixa das atividades operacionais indica retração na geração de caixa desse tipo de fluxo. Isso é atribuído, em especial, pelo crescimento de R\$ 107 milhões no saldo do grupo de contas “Desembolsos Operacionais”, impulsionado pelos desembolsos com as ações de previdência social (aumento de R\$ 27 milhões), bem como pelos pagamentos com ações de educação (aumento de R\$ 78 milhões).

Em relação aos desembolsos, a principal conta é “Pessoal e Demais Despesas”, que contabiliza saídas de caixa da ordem de R\$ 1 bilhão, montante 9,66% (cerca de R\$ 110 milhões) superior ao registrado do ano de 2024. Embora seja significativa o aumento com desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas, essa elevação de gasto não afetou a geração de caixa positiva do fluxo de caixa de atividades operacionais ao fim do exercício de 2025.

Na sequência, são apresentadas a descrição das atividades que contribuem para a formação de caixa do e equivalente de caixa da instituição.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento na formação de caixa do órgão, conforme tabela transcrita a seguir:

Tabela 33 – Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades – composição R\$ 1,00

ATIVIDADES	2025	2024	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	12.467.579,08	14.283.414,54	-12,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.531.475,95	-6.796.289,80	-3,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
TOTAL	5.936.103,13	7.487.124,74	-20,72

Fonte: SIAFI 2025.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

No tocante aos ingressos, destaca-se o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais”, o qual representa 99,83% das entradas de caixa, totalizando um montante de R\$ 1,1 bilhão. Dentre as contas que compõe esse grupo, salienta-se “Transferências Financeiras Recebidas” (já citada anteriormente) cujos ingressos, comumente, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

Tais recursos financeiros são destinados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como pagamento de compromissos assumidos em exercícios anteriores. Nesse aspecto, 99,05% (cerca de R\$ 1,1 bilhão) são recursos de repasses recebidos para execução orçamentária do ano corrente e 0,55% (cerca de R\$ 6,4 milhões) são recursos utilizados no pagamento de restos a pagar.

A seguir, é apresentada a tabela 34 elencando as receitas denominadas “próprias”, ou seja, aquelas que são arrecadadas diretamente pela instituição:

Tabela 34 – Receitas Originárias e Derivadas – composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2025	2024	AH%
Receita Patrimonial	204.301,40	234.319,30	-12,81
Receita Agropecuária	-	210	-100,00
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	1.271.329,69	917.731,84	38,53
Remuneração das Disponibilidades	-	4.836,73	-100,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	442.357,18	168.737,84	162,16
Transferências Recebidas	71.207,16	105.218,89	-32,32
TOTAL	1.989.195,43	1.431.054,60	39,00

Fonte: SIAFI 2025.

A tabela 34 demonstra os ingressos provenientes de receitas denominadas “próprias” da UFPEL que impactam o saldo de caixa e equivalente de caixa ao longo de de 2025. O saldo destas entradas de caixa registra alta de 39,00% em relação ao exercício anterior, influenciada principalmente, com as “Receitas de Serviços”, que cresceram 38,53% no ano de 2025 em comparação ao exercício anterior. Tais receitas correspondem aos ingressos originados de serviços administrativos e comerciais gerais, taxa de inscrição em processos seletivos, serviços de informática e tecnologia, as quais são detalhadas nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

A Receita Patrimonial apresenta variação negativa de 12,81% no ano de 2025. A queda nos recebimentos é resultado de uma arrecadação menor com aluguéis e arrendamentos como pode ser observado no Balanço Orçamentário.

Nota 20 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Com base nesse conceito, em 2025 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 1,07 bilhão, saldo 11,96% superior ao ano de 2024. Dentre as áreas de atuação, destaca-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que corresponde 57,88% das saídas de caixa e equivalente de caixa nas atividades operacionais até o ano de 2024.

Na sequência é apresentada a tabela 35 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais do exercício de 2025:

Tabela 35 – Desembolsos das Atividades Operacionais – Composição R\$ 1,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.467.579,08	14.283.414,54	AH%
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.164.589.689,61	-1.057.491.005,22	10,13
Pessoal e Demais Despesas	-1.012.766.859,22	-916.411.322,24	10,51
Judiciário	-2.165.609,15	-	-
Administração	-10.000,00	-11.651,80	-14,18
Previdência Social	-310.016.852,10	-282.715.809,89	9,66
Saúde	-3.045.454,19	-9.076.510,52	-66,45
Trabalho	-370,64	-	-
Educação	-690.334.594,53	-612.054.004,07	12,79
Cultura	-1.781.934,50	-550.000,00	223,99
Direitos da Cidadania	-220.000,00	-380.764,73	-42,22
Ciência e Tecnologia	-550,74	-297.565,94	-99,81
Agricultura	-55.650,00	-9.778.006,83	-99,43
Organização Agrária	-1.818.310,85	-572.193,38	217,78

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento. <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mt0>

Transporte	-2.141.668,00	-	-
Desporto e Lazer	-754.000,00	-600.000,00	25,67
Encargos Especiais	-421.868,02	-374.815,08	12,55
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3,50	-	-
Transferências Concedidas	-113.468.138,76	-104.853.235,21	8,22
Intragovernamentais Concedidas	-112.435.542,42	-104.661.120,50	7,43
Outras Transferências Concedidas	-1.032.596,34	-192.114,71	437,49
Outros Desembolsos Operacionais	-38.354.691,63	-36.226.447,77	5,87
Dispêndios Extraorçamentários	-7.033.005,88	-2.620.613,46	168,37
Transferências Financeiras Concedidas	-31.321.685,75	-33.605.619,61	-6,80
Demais Pagamentos	-	-214,70	-

Fonte: SIAFI 2025.

Dos desembolsos elencados na tabela 35, a função “Educação” registra aumento de 12,79% no período em relação ao ano de 2024. Essa expansão de gasto, em especial, é associada aos desembolsos com a pessoal e encargos sociais.

Sobre a função “Educação”, é possível detalhar os desembolsos por subfunção, que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela a seguir demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de Educação:

Tabela 36 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

Função Governo	Subfunção Governo	2025	2024	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	1.014.903,03	44.134,76	2.199,55
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	277.030,48	192.806,82	43,68
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.764.743,02	25.763.940,07	11,65
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	46.879.829,75	41.036.651,31	14,24
	ENSINO PROFISSIONAL	3.690,27	-	-
	ENSINO SUPERIOR	609.275.946,64	542.119.715,85	12,39
	EDUCACAO BASICA	4.118.451,34	2.896.755,26	42,17
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	-
Total		802.798.348,07	716.769.150,60	12,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

A partir da Tabela 36, é possível compreender os desembolsos relacionados aos fluxos de caixa das atividades operacionais da função Educação detalhado por subfunção. A subfunção é uma subdivisão da função, que geralmente está relacionada à área ou ao setor típico, embora não se restrinja a eles.

Considerando que a UFPEL realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, os gastos na função educação se concentram, em grande parte, na subfunção de ensino superior. Isso representa 75,89% dos gastos da UFPEL com a função Educação. Ademais, a subfunção ensino superior registra aumento de desembolso de 12,39% no período de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior. Justifica-se essa variação, principalmente, aos gastos com os vencimentos de servidores ativos, cujo desembolso superou R\$ 484 milhões no ano de 2025, enquanto que no exercício de 2024 o desembolso contabilizado é de R\$ 423 milhões.

Contribuíram ainda para elevação de desembolso com a subfunção ensino superior, os valores pagos a título de serviços de pessoa jurídica. Ao longo de 2025 os desembolsos superaram a monta de R\$ 21,7 milhões, elevação de 41,05% no período.

Em relação a subfunção “Proteção e Benefícios ao Trabalhador”, a evolução de 14,34% no saldo é atribuída, em especial, aos desembolsos com auxílio alimentação, que no ano de 2025 contabiliza montante de R\$ 31 milhões, enquanto que no exercício de 2024, os pagamentos totalizam R\$ 26,9 milhões. Tal variação tem como influência a Portaria nº 2.797, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI),

publicada no dia 30 de abril de 2024, que estabeleceu novo valor de auxílio-alimentação, reajustando de R\$ 658,00 para \$ 1.000,00, acréscimo de 52% no benefício pago a servidores ativos civis.

Nota 21 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

No que tange ao caixa e equivalente de caixa final, além de transitar fluxos de caixas utilizados nas atividades operacionais, de investimentos e financiamento, circulam valores no caixa e equivalente de caixa que não estão disponíveis para utilização pela entidade. Esses valores estão vinculados a garantias para cumprimentos contratuais, bem como depósitos retidos de fornecedores. A tabela a seguir demonstra a composição de valores que estão no caixa e equivalente de caixa que não estão disponíveis para uso pela entidade.

Tabela 37 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Composição R\$ 1,00

CONTA CONTÁBIL	2025	2024	AH%
GARANTIAS	4.227.633,29	4.848.987,19	(12,81)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL		1.530,00	(100,00)
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	18.508,85	13.507,35	37,03
TOTAL	4.246.142,14	4.864.024,54	(12,70)

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.

No exercício de 2025, pode-se destacar o saldo de R\$ 4,2 milhões em garantias que é evidenciado por força do Acórdão nº 2.717/2023 do Tribunal de Contas da União, o qual orientou que os valores depositados em contas vinculadas a contratos de serviços contínuos devem ser reconhecidos como ativos da Administração, em contrapartida a um passivo, a exemplo das contas-depósito vinculadas tratadas pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.

Nota 22 – Transações Com Partes Relacionadas

A divulgação das transações com partes relacionadas está amparada na Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) 22, e o objetivo é exigir a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas onde exista o controle e a divulgação de informações sobre as transações entre a entidade e suas partes relacionadas em certas circunstâncias.

As informações de transações com partes relacionadas são exigidas para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*), bem como para facilitar uma melhor compreensão da situação patrimonial e de desempenho da entidade que reporta. Essas transações são definidas como a transferência de recursos ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

No âmbito das Universidades Federais a Controladoria Geral da União (CGU) entende que as fundações de apoio universitárias são alcançadas pela NBC TSP 2022 (mensagem siafi 2025/3924532 de 06/10/2025) e que as universidades devem reportar as transações com essas entidades.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Pelotas mantém transações com a Fundação de Apoio Delfim Mendes Silveira, inscrita no CNPJ nº 03.703.102/0001-61, constituída em 08 de novembro de 1999, cujo corpo diretivo é composto por: Cesar Dalmolin Bergoli (Diretor Presidente), Carlos Antônio da Costa Tillmann (Diretor Executivo) e Sergio da Silva Cava (Diretor Financeiro).

Os instrumentos firmados com a fundação de apoio Fundação de Apoio Delfim Mendes Silveira tem como principal finalidade execuções de projetos de pesquisa e são concebidos, majoritariamente por meio de contratos. Essas transações são contabilizadas em contas de controle, bem como em VPD's pagas antecipadamente e apropriadas na VPD ao longo da vigência do contrato.

Na tabela a seguir são listados os contratos executados com a fundação de apoio Delfim Mendes Silveira no ano de 2025:

Tabela 38 – Contrato com Fundação de Apoio – Transação com Partes Relacionadas - composição R\$ 1,00

Favorecido	INSCRIÇÃO CONTRATO	Doc - Observação	2025
FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA	IC01SER25	CONTRATO Nº: 001/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.032711/2025-68, SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO SAÚDE, NUTRIÇÃO, VIOLÊNCIAS E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL: O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS.	650.357,41
		CONTRATO Nº: 18/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.039036/2025-06, DO SERVIÇO PRESTADO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO SAÚDE NUTRIÇÃO VIOLÊNCIA E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS PERÍODO 06/01/25 ATE 06/12/28.	836.771,24
		CONTRATO Nº: 00001/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.039671/2024-02, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) REFERENTE AO PROJETO SAÚDE, NUTRIÇÃO, VIOLÊNCIAS E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL: O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS (RIBEIRÃO PRETO - PELOTAS - SÃO LUIS).	110.000,00
	IC02SER24	CONTRATO Nº: 02/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.042473/2025-07, DO SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO ?DESAFIO PRE-UNIVERSITÁRIO POPULAR (AÇÃO DESAFIO PRONASCI)? PERÍODO 26/01/24 ATE 26/01/26	140.000,00
		CONTRATO Nº: 00002/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.028562/2025-32, DO SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO ?DESAFIO PRE-UNIVERSITÁRIO POPULAR (AÇÃO DESAFIO PRONASCI)? PRESTADO PERÍODO 23/01/2024 ATE 23/01/2026.	80.000,00
	IC02SER25	CONTRATO Nº: 02/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.SEI 23110.040661/2024-10, DO SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO ENCONTRO DE CHORO INTRODUÇÃO E VIVÊNCIAS QUE SERÁ PRESTADO NO PERÍODO DE 03/01/2025 ATE 03/11/26..	50.000,00
	IC04SER24	CONTRATO Nº: 004/2024 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.050595/2023-05, APOIO NO PROJETO CAPACITAÇÃO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA SOBRE MANEJO E CONTROLE DA DOR CRÔNICA E SÍNDROMES DOLOROSAS.	1.000.000,00
	IC04SER25	CONTRATO Nº: 00004/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.041996/2024-47, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO(S) AO MES: 02/2025. PROJETO REMAR PARA O FUTURO	754.000,00
	IC05SER25	PGTO DO INSTR. DE COBRANÇA NUM.: 11298, CONTRATO Nº: 05/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.039038/2025-97, SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO SAÚDE, NUTRIÇÃO VIOLÊNCIAS E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS PERÍODO 01/2025 - 12/2028.	1.531.320,94
		CONTRATO Nº: 05/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.041816/2024-27, SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO SAÚDE, NUTRIÇÃO VIOLÊNCIAS E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS PERÍODO 01/2025 - 12/2028.	110.000,00
		CONTRATO Nº: 005/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.032754/2025-43, SERVIÇO DE APOIO A CONTRATANTE NO PROJETO ?SAÚDE, NUTRIÇÃO, VIOLÊNCIAS E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL: O CONSÓRCIO DE PESQUISA RPS.	1.197.346,75
	IC06SER25	CONTRATO Nº: 00005/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S):23110.041816/2024-27DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO EM MES: 02/2025 PROJETO SAÚDE NUTRIÇÃO VIOLÊNCIA E EQUIDADE AO LONGO DO CICLO VITAL O CONSÓRCIO DE PEQUISA RPS..	140.000,00
		CONTRATO Nº: 05/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROCESSO SEI: 23110.041851/2024-46, SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO M MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE. 07/2025 ? 07/2027.	1.363.244,00
	IC07SER25	CONTRATO Nº: 00007/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.041853/2024-35, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO(S) AO(S) MES(ES): 02/2025.	100.000,00
	IC08SER24	CONTRATO Nº: 08/2024 - - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROCESSO SEI:23110.029988/2025-11 REFERENTE SERVIÇO DE APOIO ADMISTRATIVO NO PROJETO GAPS - GESTÃO NA APS: DIAGNÓSTICO, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, MONITORAMENTO E MELHORIAS PARA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE PERÍODO 26/03/2024 ATE 31/12/2025	150.000,00
	IC08SER25	CONTRATO Nº: 00008/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.041860/2024-37, 23110.041860/2024-37, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO AO MES: 02/2025. PROJETO INCUBADORA TEC DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (INCUBADORA TECSOL).	182.150,00
IC09SER25	CONTRATO Nº: 09/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, SEI 23110.041991/2024-14 REFERENTE A SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO HORTAS URBANAS NO PERÍODO DE 15/01/2025 ATE 15/08/2025.	55.650,00	
IC10SER25	CONTRATO Nº: 00001/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.041826/2024-62, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO(S) AO(S) MES(ES): 02/2025.	110.000,00	



IC11SER25	CONTRATO Nº: 09/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, SEI 23110.041864/2024-15 REFERENTE A SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO PATRIMONIO HISTORICO DAS MISSOES: CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE DAS RUINAS MISSIONEIRAS NO PERÍODO DE 16/01/2025 ATE 16/01/2027.	300.000,00
IC15SER24	CONTRATO Nº: 15/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.041856/2024-79, REF. SERV DE APOIO NO PROJETO PERMANETE NA BACIA HIDROGRAFICA MIRIM - SAO GONCALO PARA CONSTRUÇÃO DE DIAGNOSTICO AMBIENTAL MES: 06/2025.	150.000,00
IC18SER25	CONTRATO Nº: 18/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.031889/2025-91, DO SERVIÇO PRESTADO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO VI TURMA ESPECIAL EM MEDICINA VETERINARIA TEMV MES: 28/04/2025 ATE 28/04/30.	450.000,00
IC18SER25	CONTRATO Nº: 18/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.015844/2025-70, DO SERVIÇO PRESTADO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO VI TURMA ESPECIAL EM MEDICINA VETERINARIA TEMV MES: 05/2025.	150.500,00
IC20SER25	CONTRATO Nº: 20/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.045959/2025-99, DO SERVIÇO PRESTADO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO LABORATOPRIO DE ENSINO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, LAUDOS E CONSULTORIA PERÍODO: 13/05/2025 ATE 13/10/26.	1.451.934,50
IC23SER24	CONTRATO 23/2024 NO PROC. 23110.022283/2024-84 REALIZADO EM 05/11/2024 QUE NAO FOI BAIXADO DO CONTRATO CORRETAMENTE. ESTE LANCAMENTO E COMPLEMENTAR AQUELE REGISTRO, EXECUTANTO SOMENTE O VALOR CONTRATUAL DA EPOCA.	327.446,40
IC26SER25	CONTRATO Nº: 26/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.020012/2025-75, DO SERVIÇO PRESTADO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO PRIMEIRO CONCURSO NACIONAL DE LITERATURA SURDA: NARRANDO HISTORIA EM LINGUA DE SINAIS/LIBRA MES: 05/2025.	294.929,00
IC29SER25	CONTRATO Nº: 029/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.022969/2025-56, SERVICOS COMUNS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO: CENTRO DE REFERENCIA EM FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO.	1.641.159,35
IC30SER25	CONTRATO Nº: 030/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. SEI: 23110.022965/2025-78, SERVICOS COMUNS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO: PROGRAMA DE ATENÇÃO PRECOCE NA INFANCIA - PROAPI III.	596.189,00
IC33SER24	CONTRATO Nº: 33/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.031534/2024-11, SERVIÇO DE APOIO AO PROJETO TV UFPEL ONLINE ? AÇÃO SÉRIE OLHAR BRASIL ? PEABRIU O CAMINHO ANCESTRAL DE BELEZA E MISTERIO): 04/2025.	10.000,00
IC36SER25	CONTRATO Nº: 36/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.029442/2025-52, DO SERVIÇO APOIO ADMINSTRATIVO E FINANCEIRO PARA PROJETO ? CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DE FAMILIA E COMUNIDADE PERÍODO 23/07/25 ATE 23/12/26.	682.219,38
IC37SER25	CONTRATO Nº: 037/2025 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.029963/2025-18, APOIO ADMINISTRATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO: ESTUDOS HIDROGRAFICOS NA LAGOA MIRIM E AREAS ADJACENTES.	2.141.668,00
IC40SER25	CONTRATO Nº: 40/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.031558/2025-51, DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO: DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO MULTITAREFAS PARA SISTEMA DE PLANTIO DIRETO DE HORTALICAS (SPDH). MES: 09/2025.	305.808,73
IC42SER24	CONTRATO Nº: 00042/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.038182/2024-25, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO(S) AO(S) MES(ES): 12/2024.	10.000,00
IC43SER24	CONTRATO Nº: 00043/2024 - 03.703.102/0001-61 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.037755/2024-01, DO(S) FORNECIMENTO(S)/SERVIÇO(S) PRESTADO(S) AO(S) MES(ES): 01/2025.	125.000,00
IC43SER24	CONTRATO Nº: 43/2024 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC.(S) NUM.(S): 23110.037948/2025-35, SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO MAPEAMENTO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PERÍODO 08/12/24 ATE 08/01/26.	90.666,00
IC44SER25	CONTRATO Nº: 44/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.033191/2025-19, DOS SERVIÇOS COMUNS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO: DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS ATRAVÉS DE SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS FRUTÍCOLAS COM FOCO A AGRICULTURA FAMILIAR NO PERÍODO DE 08/09/2025 A 08/08/2026.	900.000,00
IC46SER25	CONTRATO Nº: 46/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.036685/2025-47, REFERENTE SERVIÇO DE APOIO ADMINSTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO RUA DA CIÊNCIA PELO PERÍODO DE 08/09/2025 ATE 08/12/2028.	23.000,00
IC48SER23	CONTRATO Nº: 48/2023 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, SEI 23110.039900/2025-61 REFERENTE AO SERVIÇO DE APOIO NO PROJETO EPICOVID 2.0 NO PERÍODO DE 27/11/2023 ATE 27/12/2027.	278.182,08



	IC50SER25	CONTRATO Nº: 50/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.038955/2025-54, REFERENTE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO NA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM CONSERVAÇÃO RESTAURAÇÃO AÇÃO SUPERIOR TRIB DE JUSTICA PERÍODO DE 14/10/2025 ATE 14/02/2027.	2.165.609,15
	IC52SER25	CONTRATO Nº: 52/2025 - FUNDAÇÃO DELFIM MENDES SILVEIRA, PROC. NUM.: 23110.041470/2025-48, REFERENTE SERVIÇO COMUM DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO EVENTOS E AMOSTRAS DOS CURSOS DE CINEMA DA UFPEL. PERÍODO DE 03/11/2025 ATE 03/04/2027.	30.000,00
TOTAL			20.685.151,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2025.